

Nacional

ICATU SEGUROS S.A.

Edição Nacional

Diário Comercial 70

CNPJ: 42.283.770/0001-39

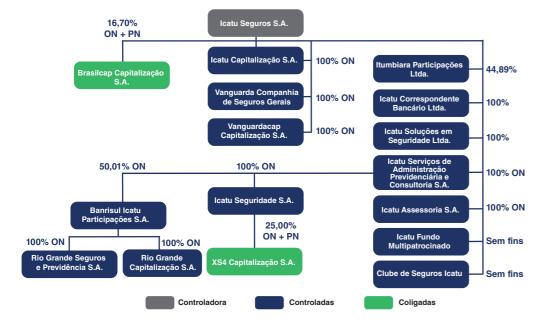
www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório da administração (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores acionistas. 1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da Icatu Seguros S.A. (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

Nessas Demonstrações, a Icatu Seguros S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. suas controladas e coligadas, conforme demonstrado a seguir:



2. Desastre natural de alagamento em municípios do Estado do Rio Grande do Sul

A tragédia que abateu o Estado do Rio Grande do Sul trouxe danos consideráveis à economia, como a redução no turismo e na atividade industrial. O Grupo Icatu segue gerenciando e buscando mitigadores desses impactos em suas finanças e na sociedade em que está inserida.

Diante deste cenário, o Grupo Icatu deliberou sobre diversas ações com propósito de prevenir e mitigar os riscos relacionados ao bem-estar dos nossos funcionários e familiares, clientes, corretores, parceiros e acionistas, assim como na preservação de níveis adequados de liquidez e solvência e na garantia da sustentabilidade da nossa

Dentre as ações, podemos citar as principais flexibilizações adotadas:

	Priorização dos processos de resgate das regiões afetadas;
	, , ,
Previdência	Flexibilização de regras para resgate;
i revidencia	Aumento do valor de limite de resgate realizado pela Central de Atendimento; e
	 Flexibilização de documentação na regulação de liberação de resgate por morte.
	 Priorização dos processos de regulação de sinistros das regiões afetadas;
Vida	 Prorrogação nas vigências dos contratos das regiões afetadas por 60 dias; e
	Flexibilização de documentação na regulação de sinistros.
Atandimanta	• Criação de canal de atendimento emergencial (priorização usando a opção 0 da URA
Atendimento	de atendimento do CRC).

No que tange à eventual exposição a risco, não temos valores materiais em nossa carteira referente as coberturas relacionadas aos eventos ocorridos.

2.1. Ações de solidariedade do Grupo Icatu

O Grupo Icatu, além de ações voltadas para colaboradores, clientes, corretores e parceiros da região, realizou doações de recursos expressivos, alocou esforços e mobilizou parceiros. Sensibilizou suas redes de relacionamento para realizar doações e transferiu um de nossos principais eventos anuais, que reúne os maiores líderes do mercado brasileiro que seria em Londres, para Gramado. Com isso, trouxe para o Rio Grande do Sul os recursos necessários para a realização do evento, visando fortalecer a economia local e auxiliar a retomada da normalidade. Este é o compromisso de nosso grupo empresarial 100% brasileiro, que busca praticar a empatia com os seus colaboradores, clientes, corretores e parceiros.

3. Desempenho das operações de seguros e previdência complementar aberta

A Companhia continua sua trajetória de crescimento, apresentada no ano anterior, como podemos ver a seguir: 3.1. Operação e patrimônio

de dezembro de 2024, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 57.342.647 (R\$ 54.057.480 em 31 dezembro de 2023), representando um aumento de 6,1%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2024, atingiu o montante de R\$ 2.008.291 (R\$ 2.045.054 em 31 de dezembro de 2023). **3.1.1. Seguros**

No ano de 2024, os prêmios emitidos foram de R\$ 4.290.353 (R\$ 3.538.487 em 2023), representando um aumento de 21,2% (26,7% em 2023).

Os sinistros ocorridos foram de R\$ 1.467.826 no exercício de 2024 (R\$ 1.205.018 em 2023). Isso remete a um índice de sinistralidade de 38,9% em 2024 (38,1% em 2023).

Os custos de aquisição foram de R\$ 1.274.763 em 2024 (R\$ 1.054.872 em 2023), que representa um acréscimo

de 20,8%. O índice de comissionamento ficou em 33,8% em 2024 (33,4% em 2023). 3.1.2. Previdência

Durante o ano de 2024, as receitas de contribuições de previdência (incluindo VGBL) foram de R\$ 5.488.899 (R\$ 4.065.888 em 2023), um aumento de 35,0% (um aumento de 14,7% em 2023). Os custos de aquisição foram de R\$ 108.205 (R\$ 107.338 em 2023), representando um aumento de 0,8% (redução de 8,1% em 2023). O índice de comissionamento ficou em 2.0% no exercício de 2024, contra 2,6% no exercício de 2023.

Em 2024, a captação líquida na linha de previdência foi uma cessão de R\$ 3.255.825 (cessão de R\$ 5.031.469 em 2023), sendo R\$ 3.559.585 (R\$ 3.567.865 em 2023) de valores que ingressaram na Companhia, oriundos do mercado, e R\$ 6.815.409 (R\$ 8.599.334 em 2023) de valores que saíram da Companhia por portabilidades. Já os valores pagos em benefícios aos segurados foram de R\$ 3.263.043 em 2024 (R\$ 3.544.045 em 2023). 3.2. Despesas administrativas

No ano de 2024, as despesas administrativas foram de R\$ 596.294 (R\$ 526.676 em 2023), representando um aumento de 13,2% (aumento de 21,3% em 2023). No entanto, essas despesas administrativas se mantiveram estáveis, quando comparadas com o volume de prêmios ganhos, totalizando 15,8% dos prêmios ganhos em 2024

e 16,7% em 2023. A Companhia seguiu investindo na atualização dos seus sistemas, como o SISPREV, e na customização para atendimento à parceiros, bem como investindo em projetos como a implementação do IFRS 17 - Insurance Contracts, o Open Insurance, o Sistema de Registro de Operações (SRO), entre outros.

3.3. Resultado financeiro e solvência

Em 2024, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 213.886 (R\$ 210.112 em 2023), sendo 5,7% dos prêmios ganhos (6,6% em 2023). A variação ocorreu, principalmente, devido ao crescimento dos saldos das aplicações e aos índices de inflação (IGPM e IPCA) superiores em 2024, favorecendo as alocações indexadas a estes índices.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 441.277 (R\$ 611.308 em 31 de dezembro de 2023), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 121% (141% em 31 de dezembro de 2023).

4. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2024 (*)	2023
Lucro líquido do ano	439.171	350.696
Dividendos pagos e propostos no exercício	375.000	87.674
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	85,39%	25,00%
Destinação à Reserva de lucros	439 171	263 022

(*) Em 2024, foram pagos dividendos antecipados, reduzindo a reserva de lucros, mas considerando nos cálculos dos dividendos mínimos obrigatórios de 2024, conforme as atas das assembleias. Esses dividendos foram superiores ao exigido por lei, como pode ser visto na demonstração e fluxo de caixa.

Ainda em 2024, foram pagos R\$ 325.000 referentes a dividendos intermediários utilizando saldo da reserva

Nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2024 e de 2023.

5. ASG - Ambiental, Social e Governança A atenção com a sustentabilidade e com o bem-estar social são intrínsecas ao negócio do Grupo Icatu. Nosso

propósito é oferecer tranquilidade financeira para que nossos mais de 10 milhões clientes e suas famílias possam aproveitar todas as fases de sua vida. Nossos produtos conferem estabilidade social e econômica, especialmente Em 2022, com a publicação da Circular SUSEP nº 666, a Jornada ASG no Grupo Icatu ganhou força. O primeiro

passo foi entender a nossa materialidade e definir os temas prioritários para o Grupo Icatu. Governança, ética e conduta profissional - Adotamos uma gestão ética e transparente. Nossas ações são

sempre pautadas pela honestidade, solidez e proteção ao cliente. Buscamos integrar e alinhar cada vez mais as questões socioambientais em nossa gestão de riscos, práticas e processos, na construção contínua da Jornada ASG do Grupo Icatu.

Pessoas - desenvolvimento, proteção dos direitos humanos, diversidade e inclusão - Promovemos um ambiente saudável, colaborativo, que estimule o desenvolvimento, a inclusão e o respeito à diversidade em todos os níveis no time e liderança bem como a proteção dos direitos humanos em toda nossa cadeia.

Inovação – As inovações e tecnologias no setor de seguros podem contribuir com a sustentabilidade através do desenvolvimento de produtos, utilização de sistemas, composição de coberturas e assistências diferenciadas. Responsabilidade social - Exercemos nossa responsabilidade social sob diversos aspectos, desde o valor agregado de nossos produtos, o apoio a projetos sociais e à promoção da educação em seguros/financeira para

Meio ambiente e riscos climáticos - Atuamos para minimizar o consumo de recursos naturais e combustíveis fósseis, além de considerar os riscos de sustentabilidade, bem como eventos que tenham potencial de impactar

as operações no mercado de seguros, em nossa política de riscos. O entendimento da materialidade foi essencial para publicarmos nossa política de sustentabilidade e para mapearmos os riscos ASG. Em fevereiro de 2024, os riscos de sustentabilidade foram integrados ao Sistema de

Controles Internos (SCI) e à Estrutura de Gestão de Riscos (EGR). Também em 2024, além das ações que já fazem parte dos produtos e da operação e podem ser observadas também pela ótica de ASG, iniciamos ações importantes para a jornada. Por exemplo, a conscientização dos públicos internos sobre assuntos ligados à sustentabilidade, programa Inclusive (inclusão de Pessoas Com Deficiências - PCDs), patrocínio da Organização Não Governamental - ONG 42 Rio, ações de doação para as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul (RS) e para projetos sociais das comunidades do entorno da Matriz e campanha de diminuição do uso de plástico. Além disso também implementamos procedimentos para análise de fornecedores que solicitam cadastro, e de clientes novos de seguro de vida em grupo em relação a crimes ambientais, inserção em listas restritivas de trabalho escravo ou infantil, demonstrando a preocupação do Grupo

Durante o ano de 2024, a Companhia retornou a sociedade R\$ 1.375.526 em sinistros pagos (R\$ 1.109.364 em 2023), R\$ 285.030 em verbas salariais aos colaboradores (R\$ 248.287 em 2023), R\$ 101.309 pagos à serviços de terceirizados (R\$ 87.244 em 2023), além de R\$ 123.961 em tributos indiretos (R\$ 104.494 em 2023) e R\$ 59.840 em tributos diretos (R\$ 26.272 em 2023).

Em 2025, lançaremos o primeiro Relatório de Sustentabilidade. Além disso, estão previstas ações que aprofundam o trabalho já realizado em todos os cinco temas materiais definidos pelo Grupo Icatu, incluindo o aumento da conscientização de todos os públicos de interesse para que nossas escolhas como pessoas, colaboradores, líderes e cidadão construam um futuro melhor para todos. Estaremos sempre atentos às melhores práticas de governança, à ética, a conformidade com a legislação, bem como às melhores práticas de mercado com vistas ao bem-estar coletivo.

O trabalho do Grupo Icatu, com vistas para o capital humano, proporcionou ao Grupo Icatu figurar pela décima vez consecutiva no ranking Great Place to Work (GPTW) 2024, como uma das melhores empresas para trabalhar, com sede no Rio de Janeiro.

6. Auditores independentes

Icatu com sua cadeia de valor.

a sociedade.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo Icatu e os valores contratuais no ano de 2024, brutos de tributos, totalizam R\$ 2.375 (R\$ 2.283 no ano de 2023), referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguração limitada, requeridos pelo órgão regulador.

As seguintes empresas do Grupo Icatu são auditadas: Icatu Seguros S.A., Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A., Rio Grande Capitalização S.A., Vanguardacap Capitalização S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, semestralmente, e Banrisul Icatu Participações S.A., Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., Icatu Assessoria S.A. e Icatu Seguridade S.A., anualmente.

7. Agradecimentos A lcatu Seguros S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo

> Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025. A Administração.

Balanços patrimoniais Exercícios sociais findos em 31 de dezemb

			(Em milhai
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
CIRCULANTE		52.693.744	49.566.569
Disponível		211.054	186.783
Caixa e bancos		211.054	186.783
Equivalente de caixa	Nota 5.3.	23.149	28.708
Aplicações	Nota 5	51.394.150	48.424.857
Créditos das operações com seguros e resseguros		444.303	375.327
Prêmios a receber	Nota 6	386.408	324.833
Operações com seguradoras		6.852	12.016
Operações com resseguradoras	Nota 7	51.043	38.478
Créditos das operações com previdência complementar		200	192
Valores a receber		200	192
Outros créditos operacionais	Nota 8	113.854	122.918
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 9	111.428	90.203
Títulos e créditos a receber		48.734	77.271
Títulos e créditos a receber	Nota 10	22.175	63.151
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1.	26.034	12.578
Outros créditos		525	1.542
Outros valores e bens		641	385
Outros valores		641	385
Despesas antecipadas		2.504	541
Custos de aquisição diferidos		343.727	259.384
Seguros	Nota 21	342.007	257.792
Previdência	Nota 22	1.720	1.592
NÃO CIRCULANTE		4.648.903	4.490.911
Realizável a longo prazo		3.695.736	3.343.404
Aplicações	Nota 5	2.378.502	2.259.857
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 9	56.740	53.709
Títulos e créditos a receber		565.211	476.782
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2.	320.347	240.088
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 25.4.	244.864	236.694
Outros valores e bens	Nota 12.1.	243.456	254.502
Empréstimos e depósitos compulsórios		3.747	510
Despesas antecipadas		3.165	-
Custos de aquisição diferidos		444.915	298.044
Seguros	Nota 21	434.270	288.296
Previdência	Nota 22	10.645	9.748
Investimentos	Nota 13	456.706	662.694
Participações societárias		456.614	662.602
Outros investimentos		92	92
Imobilizado	Nota 14	27.744	32.954
Imóveis de uso próprio		89	89
Bens móveis		17.093	16.784
Outras imobilizações		10.562	16.081
Intangível	Nota 15	468.717	451.859
Outros intangíveis		468.717	451.859
TOTAL DO ATIVO		57.342.647	54.057.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

		31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO		40.000.400	0.044.00
CIRCULANTE		10.966.128	8.814.30
Contas a pagar		338.101	346.98
Obrigações a pagar	Nota 16.1.	112.880	129.50
mpostos e encargos sociais a recolher	Nota 17	40.801	34.25
Encargos trabalhistas		17.412	17.28
mpostos e contribuições	Nota 18	10.503	17.17
Outras contas a pagar	Nota 16.2.	156.505	148.76
Débitos de operações com seguros e resseguros		241.465	226.84
Prêmios a restituir		3.901	2.02
Operações com seguradoras	Nota 19	10.217	30.94
Operações com resseguradoras	Nota 19	86.373	80.90
Corretores de seguros e resseguros	Nota 19	140.064	112.17
Outros débitos operacionais		910	79
Débitos de operações com previdência complementar		1.959	1.53
Débitos de resseguros		603	60
Outros débitos operacionais		1.356	93
Depósitos de terceiros	Nota 20	128.992	128.53
Provisões técnicas – seguros	Nota 21	6.601.582	5.156.62
Pessoas		1.370.451	1.121.53
/ida individual		42.667	15.91
/ida com cobertura por sobrevivência		5.188.464	4.019.17
Provisões técnicas – previdência complementar	Nota 22	3.627.395	2.928.63
Planos não bloqueados		158.509	151.87
PGBL/PRGP		3.468.886	2.776.76
Outros débitos		26.634	25.13
Débitos diversos	Nota 12.1.	26.634	25.13
IÃO CIRCULANTE		44.368.228	43.198.11
Contas a pagar		301.250	240.36
Obrigações a pagar	Nota 16.1.	101.025	48.69
Outras contas a pagar	Nota 25.3.	200.225	191.67
Provisões técnicas – seguros	Nota 21	26.388.916	25.218.55
Pessoas		1.165.775	951.55
/ida individual		215.484	85.79
/ida com cobertura por sobrevivência		25.007.657	24.181.20
Provisões técnicas – previdência complementar	Nota 22	17.429.092	17.480.97
Planos não bloqueados		628.725	645.28
PGBL/PRGP		16.800.367	16.835.68
Outros débitos		22.078	21.32
Provisões judiciais	Nota 25.2.	22.078	21.32
Débitos diversos	Nota 12.1.	226.892	236.89
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 26	2.008.291	2.045.05
Capital social	.1014 20	640.350	640.35
Reservas de capital		35.577	35.57
Reservas de lucros		1.442.564	1.388.69
ijustes de avaliação patrimonial		(110.200)	(19.56
OTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		57.342.647	54.057.48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/





ICATU SEGUROS S.A.

Edição Nacional

Diário Comercial 70

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido									
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023									
(Em milhares de reais)									
		Reservas o	de capital	R	eservas de lu	ıcros			
		Reserva				Reserva			
		de ágio na	Outras			especial	Ajuste de	Lucros	
	Capital	subscrição	reservas	Reserva	Reserva	para	avaliação	acumu-	
	social	de ações	de capital	legal	estatutária	dividendos	patrimonial	lados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2023	640.350	34.659	918	128.070	1.022.951	56.977	(71.023)	_	1.812.902
Ajustes com títulos e valores mobiliários – próprios	_	_	_	_	_	_	34.004	_	34.004
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	-	-	-	_	_	-	17.452	-	17.452
Dividendos declarados e pagos conf. AGE 21/12/2023		_			(25.349)		_		(25.349)
Dividendos declarados e pagos conf. AGE 21/12/2023	-	-	-	_	-	(56.977)	-	-	(56.977)
Lucro líquido do exercício							_	350.696	350.696
Destinação do lucro líquido:								/·	/
Dividendos mínimos obrigatórios conf. AGE 21/12/2023						_	_	(87.674)	(87.674)
Constituição de reserva estatutária	_	_	_	_	263.022	-	_	(263.022)	_
Saldos em 31 de dezembro de 2023	640.350	34.659	918	128.070	1.260.624	_	(19.567)		2.045.054
Saldos em 1º de janeiro de 2024	640.350	34.659	918	128.070	1.260.624	-	(19.567)	_	2.045.054
Ajustes com títulos e valores mobiliários – próprios		_	_		_	_	(121.262)	_	(121.262)
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	_	-	-	_	-	-	(20.980)	-	(20.980)
Outros ajustes de avaliação patrimonial (*)		_			_	_	51.609	_	51.609
Ajuste ref. a mudança de prática contábil	-	-	_	_	(10.301)	_	-		(10.301)
Lucro líquido do exercício								439.171	439.171
Destinação do lucro líquido:									(== ===)
Dividendos declarados e pagos conf. AGO 28/02/2024	_				(50.000)				(50.000)
Dividendos declarados e pagos conf. AGO 12/07/2024	-	-	_	_	(325.000)	-	_	-	(325.000)
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	439.171		- (440,000)	(,	_
Saldos em 31 de dezembro de 2024	640.350	34.659	918	128.070	1.314.494		(110.200)		2.008.291

(*) Com a entrada em vigor da Circular nº 678/2022, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)			
		31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos		4.290.353	3.538.487
Contribuições para cobertura de riscos		16.916	16.252
Variação das provisões técnicas de prêmios		(532.168)	(394.311)
Prêmios ganhos	Nota 28 e 29.1.	3.775.101	3.160.428
Sinistros ocorridos	Nota 29.2.	(1.467.826)	(1.205.018)
Custos de aquisição	Nota 29.3.	(1.274.763)	(1.054.872)
Outras despesas operacionais	Nota 29.4.	(277.358)	(265.368)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		755.154	635.170
Receita com resseguro		125.495	70.507
Despesa com resseguro		(117.908)	(136.752)
Outros resultados com resseguro		3.116	2.699
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	Nota 29.5.	10.703	(63.546)
Rendas de contribuições e prêmios		5.488.899	4.065.888
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(5.448.078)	(4.020.793)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	Nota 29.6.	40.821	45.095
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		92.050	82.620
Variação de outras provisões técnicas	Nota 29.7.	(48.202)	(58.327)
Custo de aquisição	Nota 29.8.	(108.205)	(107.338)
Outras receitas/despesas operacionais		421	(2.094)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		(23.115)	(40.044)
Despesas administrativas	Nota 29.9.	(596.294)	(526.676)
Despesas com tributos	Nota 29.10.	(136.664)	(114.845)
Resultado financeiro	Nota 29.11.	213.886	210.112
Resultado patrimonial	Nota 13	363.813	321.296
RESULTADO OPERACIONAL		587.483	421.467
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(22)	(201)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		587.461	421.266
Imposto de renda	Nota 30	(25.963)	(9.402)
Contribuição social	Nota 30	(21.174)	(6.519)
Participações sobre o lucro		(101.153)	(54.649)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		439.171	350.696
Quantidade de ações	Nota 26.1.	93.983.477	93.983.477
Lucro líquido do exercício por ação - R\$		4,67	3,73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	439.171	350.696
Ajustes que poderão ser reconhecidos como receitas ou despesas futuramente:		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados		
abrangentes (VJORA)	(121.262)	34.004
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA	(202.103)	56.674
Efeito dos tributos – IRPJ	50.526	(14.169)
Efeito dos tributos – CSLL	30.315	(8.501)
Parcela de resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas mensurados		
ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(37.026)	18.364
Efeito do imposto de renda e contribuição social	16.046	(919)
Efeito dos tributos – IRPJ	10.029	(1.103)
Efeito dos tributos – CSLL	6.017	184
Parcela de resultados abrangentes (*)	51.609	7
Componentes do resultado abrangente	(90.633)	51.456
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	348.538	402.152
(*) Com a antrada em vigor da Circular nº 679/2022, a Companhia entou por contabiliz	ar a contranar	tida da altara

(*) Com a entrada em vigor da Circular nº 678/2022, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

(Em milhares de reals)		
	31/12/2024	31/12/202
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	439.171	350.69
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	75.810	75.42
Perda na alienação de imobilizado e intangível	22	20
Despesas de juros e com arrendamento	6.599	6.20
Resultado de equivalência patrimonial	(363.813)	(321.06
Resultado de outras operações		(23
Variação das provisões técnicas – seguros	10.456.258	9.880.45
Variação das provisões técnicas – previdência	4.364.344	4.762.5
Variação dos tributos sobre o lucro	53.368	25.58
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(3.290.041)	(1.401.07
Créditos das operações de seguros e resseguros	(68.976)	(50.09
Créditos das operações de previdência complementar	(8)	12
Ativos de resseguro	(24.256)	(13.2
Créditos tributários e previdenciários	(13.456)	(2.4)
Ativo fiscal diferido	582	(12.0
Depósitos judiciais e fiscais	(8.170)	(16.7
Despesas antecipadas	(5.128)	9
Outros valores e bens	10.790	246.8
Custos de aquisição diferidos	(231.214)	(171.4
Outros ativos	52.933	(137.5
Outras contas a pagar	58.669	185.3
Débitos de operações com seguros e resseguros	14.616	78.5
Débitos de operações com previdência complementar	423	6
Depósitos de terceiros	454	78.6
Provisões técnicas – seguros	(7.840.942)	(9.452.5
Provisões técnicas – previdência complementar	(3.717.463)	(3.908.2
Provisões judiciais	751	7.9
Outros passivos	41.308	
Débitos diversos	27.605	(16.9
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	40.236	196.5
Juros pagos	(6.599)	(11.2
Recebimento de dividendos	514.317	111.2
Tributos sobre o lucro pagos	(60.041)	(26.7
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	487.913	269.8
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
mobilizado	898	
Pagamento pela compra:		
mobilizado	(6.350)	(4.8
ntangível	(52.637)	(83.1
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(58.089)	(87.9
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de passivo por arrendamento	(36.112)	(33.8
Pagamento de dividendos	(375.000)	(170.0
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(411.112)	(203.8
Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	18.712	(22.0
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	215.491	237.5
·		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	234.203	215.4

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercicio As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Icatu Seguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate à Avenida Oscar Niemeyer, 2.000, 18º ao 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e a Icatu Seguros S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Icatu" ou "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. A Icatu Seguros S.A. tem como controladora o Grupo Icatu, com 87,13%, restando 12,87%, pertencentes às pes-

O detalhamento referente às controladas e coligadas da Companhia é apresentado na nota 13. 2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas posteriores alterações, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações consolidadas não são preparadas no nível da companhia operacional Icatu Seguros, pois, acima desta, existe uma companhia controladora, a qual prepara suas demonstrações individuais e consolidadas considerando as empresas do Grupo Icatu.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados. As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 25 de fevereiro de 2025.

2.1. Base de mensuração As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto

aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo: Equivalente de caixa (notas 3.3. e 5.3.);

 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) (notas 3.4.1.3.e 5.3.) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) (notas Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.6.); e

Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.16., 19 e 20).

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstra-

3.1. Apuração do resultado O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição

 Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua

emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão;

 As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres; • As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resul-

Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regu-

3.2. Balanço patrimonial

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base; Os títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) estão apresentados no

ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;

• Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos; e

• Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e bancos e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia

das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros 3.4.1. Mensuração e classificação

O Grupo lcatu determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como o Grupo Icatu faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (impairment) que são contabilizadas no resultado

3.4.1.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são econhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (impairment) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.





Publicidade Legal Edição Nacional



ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

3.4.1.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela Selic, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal). 3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "outros valores e bens", pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida em "débitos diversos", segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético para a seguradora, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:

- Utilizamos como rating, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os spreads disponibilizados no site da ANBIMA;
- Utilizamos o Capital Rate do imóvel da matriz como spread; e
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos. A depreciação por amortização do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato e os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se aplicável. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispêndios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear, obedecendo o período de vida útil dos bens, e atualmente representam as seguintes taxas médias: instalações, móveis, máquinas e utensílios - 10% ao ano; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% ao ano. O período e o método de depreciação para os ativos imobilizados são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de depreciação, conforme o caso, e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos depreciação) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, em "ganhos e perdas com ativos não correntes", no resultado do período.

3.8. Intangível Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil média de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno, e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoie está entre cinco e vinte anos (5% a 20% ao ano). Os gastos subsequentes são capitalizados apenas guando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudancas na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como "mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica "ganhos ou perdas do ativo não correntes". 3.9. Investimentos

As participações acionárias em coligadas e controladas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e posteriormente são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são registrados no resultado do período, sob a rubrica "resultado patrimonial".

Ganhos e perdas resultantes da venda de um investimento são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil, líquido da redução ao valor recuperável, quando houver, e são reconhecidos na rubrica "resultado patrimonial", no momento da baixa do ativo.

3.10. Redução ao valor recuperável

3.10.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (impairment) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhe-

cimento inicial. 3.10.1.1. Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro

A redução ao valor recuperável de ativos de resseguro (RdVR de resseguro) deve ser constituída para suportar a expectativa de perdas por irrecuperabilidade de contas de ativos de resseguro, considerando o risco de inadimplência de cada ressegurador (contraparte).

O estudo considera a análise quantitativa, referente às perdas com a não recuperação do sinistro em conjunto com o tempo médio da recuperação, uma análise prospectiva da capacidade de pagamento dos resseguradores e, além disso, quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, assim como eventuais divergências ou litígios à cobertura de contrato de resseguro. No estudo também consta uma análise qualitativa, onde observamos os critérios mínimos de rating para a seleção dos resseguradores, definidos na política de transferência de risco. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

Em 31 de dezembro de 2024 a provisão de redução ao valor recuperável era R\$ 4.153 (R\$ 1.400 em 31 de dezembro de 2023).

3.10.1.2. Redução ao valor recuperável de prêmios a receber

A redução ao valor recuperável de prêmios a receber (RdVR) deverá ser constituída, preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos ou a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da Companhia. Nossa metodologia de cálculo, observa o estudo de taxa (probabilidade) de inadimplência com base na nossa própria experiência histórica de não recebimento de prêmios dos últimos 12 meses. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

O estudo é realizado por "faixa de aging", sob o entendimento de que a probabilidade de inadimplência é diferente e se deteriora na medida em que o atraso no recebimento da fatura é maior:

- · Grupo 0: faturas com 30 dias a vencer; • Grupo 1: faturas vencidas há 60 dias;
- Grupo 2: faturas vencidas entre 60 e 180 dias;
- Grupo 3: faturas vencidas entre 180 e 360 dias; e
- Grupo 4: faturas vencidas a mais de 360 dias.

Para o exercício de 2024, a partir da análise histórica, estamos aplicando

os seguintes percentuais para constituição mensal da RdVR:

- Faturas com 30 dias a vencer 0,53%; • Faturas vencidas há 60 dias – 4,51%;
- Faturas vencidas entre 60 e 180 dias 49,34%;
- Faturas vencidas entre 180 e 360 dias 58,64%; e • Faturas vencidas a mais de 360 dias - 100%.
- Em 31 de dezembro de 2024 a provisão de redução ao valor recuperável era R\$ 18.743 (R\$ 19.111 em 31 de dezembro de 2023).

3.10.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.11. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e CO-FINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis. 3.11.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.11.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da provisão de sinistro a liquidar (PSL) e provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente. Esta constituição foi realizada conforme legislação em vigor. 3.12. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal, cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização prevista na Lei nº 14.905/2024. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "provisões judiciais" no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

Quando necessário o valor da provisão relacionada a sinistros é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais. As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "outras contas a pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa Selic.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentencas condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentenca e/ou acórdão.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as acões seiam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa. 3.13. Benefícios a empregados

Através do plano de contribuição variável, a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de curto prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano; e (ii) incentivo de longo prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. A metodologia utilizada leva em consideração para a remuneração de curto prazo, o lucro líquido antes do imposto de renda (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício. A remuneração de longo prazo leva em consideração: (i) indexadores de negócios scorecard da Companhia; e (ii) variação do patrimônio líquido. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

3.14. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos aos resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios cedidos de resseguro proporcional são registrados quando da emissão do risco. Os prêmios cedidos de resseguro não proporcional são registrados no início de vigência do contrato de resseguro e ambos são apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente, conforme nota 3.10.1.1. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente

qualquer perda no resultado do período. 3.15. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos, em sua maioria atrelados às operações de vida, são constituídos com base nos valores relacionados a corretagens, pró-labore e agenciamento referentes à comercialização de apólices/certificados, as quais são reconhecidas de forma linear no resultado conforme o período de vigência contratada, exceto as despesas com agenciamento que são reconhecidas pela vigência da apólice ou em até no máximo 60 meses. De acordo com estudos feitos pela Companhia, o prazo médio da amortização dos custos de aquisição que foram diferidos é de, aproximadamente, 18 meses.

3.16. Provisões técnicas As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e pelo CPC 11 - Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no

ativo ou passivo não circulante. 3.16.1. Provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBaC)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida com Remuneração Garantida e Performance (VRGP) e Fundo Garantidor de Benefício (FGB), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida previstas para os planos do tipo FGB e VRGP.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de benefício definido e em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.16.2. Provisões matemáticas de benefícios concedidos (PMBC)

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características

3.16.3. Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de pagamento. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos e para as ações judiciais, era utilizado até agosto de 2024, a tabela aplicada pelo respectivo tribunal cuja ação encontra-se tramitando, e a partir de setembro de 2024, passou--se a utilizar a previsão da Lei nº 14.905/2024.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão, referente a sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL, a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro, sendo:

• Os ajustes de IBNER administrativa, calculados conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados: e

• Os ajustes de IBNER judicial, calculados conforme percentual histórico de perdas dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente.

3.16.4. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não

avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que: (I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisita-

(II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da

dos, minimamente, semestralmente.

(III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados, tanto administrativos quanto judiciais. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais. Deste modo, é possível segregar o saldo da provisão conforme a origem do aviso.

(IV) Para parcerias recentes em que incialmente a companhia entende que o perfil de sinistralidade será diferente da média da carteira ou de alguma outra parceria, o IBNR é calculado conforme sinistralidade esperada.

3.16.5. Provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (PPNG e PPNG - RVNE)

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo método pro rata die, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG - RVNE) considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira:

(I) Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor de R\$ 200 mil, o método utilizado é conhecido como triângulo de run-off, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses.

(II) Para as apólices com faturamento mensal majores que o citado, utiliza--se a média simples das últimas "n" emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG - RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses. 3.16.6. Provisão de excedente financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta. 3.16.7. Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, às devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações, além das rendas vencidas e ainda não pagas.

3.16.8. Provisão de despesas relacionadas (PDR/PDC)

A provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC) ou provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples (PDR) correspondem aos valores esperados com despesas marginais relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base os custos relacionados ao pagamento dos benefícios, sindicâncias necessárias para a regulação e honorários de su-

3.16.9. Provisão de excedente técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.16.10. Provisão complementar de cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no teste de adequação de passivos (TAP), detalhada na nota 3.17.

3.17. Teste de adequação dos passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente, é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas.





Diário Comercial 70



ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2021. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos, observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Tendo em vista que os principais planos possuem as seguintes características técnicas:

	31/12/2024	
Tábua	Juros	Carregamento
AT2000	0%	0%
BReMS	0%	0%

Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes na data-base das Demonstrações. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes e as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade futura foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. Para as apólices globais, foram considerados os seguintes percentuais de sinistralidade:

31/12	/2024	
Agrupamento Sinistralidade		
Vida em grupo	49,18%	
Prestamista	29,69%	
Acidentes pessoais	29,44%	
Vida individual	15,87%	

As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.

Para a projeção do fluxo de resseguro, aplica-se percentuais por ramo sobre o fluxo de prêmios emitidos de forma direta. O percentual foi apurado com base no histórico dos últimos 12 meses de repasse de prêmio, a fim de refletir a experiência mais próxima dos contratos vigentes na Companhia. Em relação ao sinistro os percentuais também são aplicados por ramo, apurados conforme observação dos últimos cinco anos, sobre o fluxo de sinistros direto. Ainda, sobre o volume de sinistros ressegurados pagos é considerado que em média as recuperações ocorrem 8 meses após a liquidação do sinistro junto ao segurado, conforme histórico de recuperações da companhia.

O resultado mensal dos fluxos de caixa foi trazido a valor presente pela curva de juros (ETTJ) correspondente ao indexador de cada plano divulgada pela SUSEP na data-base do cálculo.

3.17.1. Segmentação para reconhecimento da PCC

Para atender à definição de segmentação dos contratos de seguro e resseguros como critério para alocação no reconhecimento da PCC, levou-se em consideração as características de risco similares e a administração conjunta destes contratos. A seguir apresentamos a segmentação dos produtos:

- (I) Previdência tradicional e vida inteira;
- (II) Benefícios concedidos:
- (III) PGBL/VGBL, VRGP E FGB; e
- (IV) Seguros de pessoas coletivo, individual e risco de previdência.

3.17.2. Efeito das taxas de juros no TAP

A Circular SUSEP nº 678/22 introduziu significativas mudanças na contabilização da PCC, especialmente em decorrência da mudança na taxa de juros. Em resposta aos novos requisitos impostos pelo normativo, procedeu-se à adaptação dos processos e das políticas contábeis relacionados. Portanto, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em outros resultados abrangentes (ORA) no patrimônio líquido. conforme estudo técnico detalhado no qual fundamenta essa decisão e a metodologia adotada. Vale ressaltar que demais alterações terão a contrapartida reconhecida no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor registrado no ORA é R\$ 51.609 decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros.

3.17.3. Resultado do cálculo do TAP

• Planos de benefícios definidos (BD) e benefícios concedidos O quadro a seguir demonstra o resultado do TAP:

o quadro a seguir demonstra o resultado do TAI		04/40/0000
Icatu Seguros S.A.	31/12/2024	31/12/2023
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	518.653	1.220.825
Provisões técnicas na data-base (*)	(520.234)	(1.171.776)
Resultado do TAP (1)		49.049
Valor contábil dos títulos mensurados ao custo		
amortizado	_	1.160.528
Valor de mercado (ETTJ - SUSEP) dos títulos		
mensurados ao custo amortizado	_	(1.175.383
Diferença entre valor justo dos títulos		
mensurados ao custo amortizado e valor		
contábil (**)	_	(14.855
Redução no TAP referente à diferença de		
mercado (**)	_	(14.855
Resultado do TAP (2)	_	34.194

(*) Planos BD e Benefícios Concedidos.

(**) Valor, quando negativo, utilizado para deduzir o Resultado do TAP (1) Caso contrário, a diferença entre a Estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo das Provisões técnicas na data-base é o próprio Resultado do TAP (2). Na Companhia, o resultado do TAP em 31 de dezembro de 2024 não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa (R\$ 49.049 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2023, a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, mensurados ao custo amortizado, possibilitou a redução da insuficiência em R\$ 14.855. Sendo assim, o valor constituído de PCC foi de R\$ 34.194. Para a data-base das Demonstrações essa utilização foi vedada, conforme legislação vigente

Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimati-

vas de fluxo de caixa futuro. 3.18. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a

deliberação definitiva dos sócios. 3.19. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsicamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação. Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota 3.6.

3.20. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, teste de adequação de passivos (TAP), cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro, em 31 de dezembro de 2024:

31/12/2023 31/12/2024 Exposição Exposição Exposição Exposição (R\$) (R\$) Ressegurador Rating (%) (%) Admitida A+ pela Standard & Poor's 4.476 2,45% AA- pela Standard & Poor's 56.176 25,63% 69.874 38,30% A- pela Standard & Poor's 0,04% 185 0,10% A+ pela Standard & Poor's 358 0,16% 326 0,18% Eventua 3.132 1,43% 2.147 1,18% Eventua AA- pela Standard & Poor's 7,29% 25,49% AA- pela Standard & Poor's 15.974 46.494 0,00% A+ pela Standard & Poor's 31,78% Loca A- pela A. M. Best Company 32,57% 11.729 6,43% B++ pela A. M. Best Company 219.211 100,00% 182.433 100,00%

4.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câm-

3.21. Adoção de novas normas e interpretações 3.21.1. Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP 448/2022

Em 10 de outubro de 2022, a SUSEP publicou a Circular nº 678, que alterou a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revogou o dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012. A Circular entrou em vigor em janeiro de 2024.

A Resolução CNSP n° 448, que alterou a Resolução CNSP n° 432, de 12 de novembro de 2021, entrou em vigor para o artigo 2º em 2 de janeiro de 2023 e demais artigos em janeiro de 2024.

Dentre as principais alterações trazidas na norma temos: 3.21.1.1. Adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros, com ajustes retrospectivos nos comparativos. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares: • Classificação e mensuração de ativos financeiros

Enquanto pelo CPC 38 a classificação do ativo financeiro, e consequentemente sua mensuração e reflexo no resultado do exercício, dependia exclusivamente da intenção da Companhia, pelo CPC 48, a classificação dos ativos financeiros resulta de uma análise conjunta das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos. Além disso, as nomenclaturas das classificações aplicáveis foram alteradas para: mensurados subsequentemente a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

Em relação aos Instrumentos Financeiros, a Companhia avaliou as classificações dos mesmos e não identificou mudanças significativas, visto que a principal mudança ocorrida está relacionada a classificação dos Instrumentos Financeiros conforme modelo de negócio.

• Redução ao valor recuperável (impairment)

O CPC 48 trouxe como regra geral que a cada data de balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Companhia avaliou a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não identificou mudanças na posição patrimonial mediante aos estudos e práticas metodológicas que foram desenvolvidas e aprovadas internamente.

3.21.1.2. Alterações em nomenclatura e conceitos relativos a provisões técnicas

Na área de provisões técnicas, a norma alterou algumas nomenclaturas e conceitos, trazendo nova alocação nos valores associadas a provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de valores a regularizar (PVR) e provisão de despesas relacionadas (PDR).

A Circular segregou a provisão de despesas relacionadas (PDR) em duas: • Provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples (PDR); e

• Provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC). Para alinhar a PSL ao seu conceito de benefício de riscos, os valores de pagamentos sob a forma de renda atuarial ou financeira foram considerados na PVR e não na PSL. Além disso, os termos "rendas vencidas" e "pagamentos únicos" foram excluídos da definição da PSL. Assim, a PVR agora inclui valores referentes a resgates a regularizar, devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, portabilidades a regularizar, prêmios recebidos e não cotizados, rendas vencidas e benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência.

A Companhia avaliou as alterações e não identificou mudanças significativas no que diz respeito as provisões técnicas.

3.21.1.3. O fim da compensação da "mais-valia" das aplicações financeiras classificadas na modalidade mantidos até o vencimento (custo amortizado) com o resultado do teste de adequação do passivo (TAP) A "mais-valia" é definida como a diferença entre o valor contábil dos ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e seus respectivos valores justos. Até 2023, o saldo da mais-valia podia ser usado para compensar insuficiências identificadas no teste de adequação de passivos (TAP), permitindo que a Provisão Complementar de Cobertura (PCC) não fosse registrada se a mais-valia fosse maior que a insuficiência. No entanto, a Circular Susep nº 678/22 alterou essa prática.

O efeito contábil imediato dessa alteração foi a necessidade de constituição de PCC em casos de insuficiência de TAP, situação anteriormente compensada pela mais-valia. A contrapartida do lançamento na PCC de-

• Se resultante de alteração no risco, a contrapartida deve ser registrada

 Se decorrente de alteração na taxa de juros, a contrapartida poderá ser no resultado ou em outros resultados abrangentes, conforme a política contábil estabelecida em estudo técnico

A Companhia avaliou as alterações e teve um impacto referente ao reposicionamento do saldo da provisão complementar de cobertura (PCC) desconsiderando o benefício da mais-valia. O valor adicionado na PCC foi de R\$ 14.855 bruto de tributos (R\$ 9.079 líquidos de tributos) na data de adoção, reconhecendo o efeito da mudança na estimativa contábil no patrimônio líquido (lucros acumulados) não havendo necessidade de informações comparativas com os saldos de início do exercício anterior, conforme previsto na abordagem da aplicação prospectiva da SUSEP.

3.22. Novas normas ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis e normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações: 3.22.1. CPC 50 - Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.22.2. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

A Emenda Constitucional n° 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal).

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que aborda o Comitê Gestor do IBS e a repartição da arrecadação desse tributo, já foi aprovado na câmara dos deputados e aguarda aprovação no Senado.

O Grupo Icatu iniciou, em 2024, um projeto para monitorar a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações forem publicadas pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor. 4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a Icatu consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo do Grupo Icatu.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de

riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

(I) Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo; e (II) Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que ga-

rantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo: As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as

atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos; • A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam

atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu: e

• A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu está disposto a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela empresa.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos. Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos,

que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração. Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradores), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os ratings em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências Fitch, Standard and Poor's e Moody's. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

monitoramento do risco de credito e realizado por meio de uma anali de Probabilidade de *Default* (PD), *duration* do ativo e Taxa de Recuperação (LGD), que estima a exposição ao default, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído

por agências externas de classificação de riscos.

Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 2.722.060, correspondentes a 69,10% (R\$ 2.882.430 correspondentes a 83,66% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) que são ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo as melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 129.975 (R\$ 154.976 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, há R\$ 1.204 em bloqueio judicial (R\$ 2.831 em 31 de dezembro de 2023), alocados em Letras Financeiras do Tesouro.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 49.856.347 (R\$ 47.267.984 em 31 de dezembro de 2023). Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 891.406 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 267.260 em 31 de dezembro de 2023). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de rating: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

Rating	Letra financeira	Debênture	CDB	Total		
AAA	126.139	63.604	_	189.743		
AA+	_	_	5.066	5.066		
Total	126.139	63.604	5.066	194.809		
	31/12/2023					
Rating	Letra Financ	ceira Deb	ênture	Total		

31/12/2024

128.119 137.940

4.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos, de-

vem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco do Grupo Icatu, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos contratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na política de transferência de riscos.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a redução ao valor recuperável - RdVR de contratos de resseguro, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito, conforme nota 3.10.1.1.

O principal contrato de resseguro do Grupo Icatu é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

de forma severa a solvência das empresas supervisionadas. Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk (VaR), que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança. O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatili-

bio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar

dade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente. Este indicador representa se a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95.

ICATU

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

(II) DV01 (dólar-value for one basis-point): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está

No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01, para a Companhia:

		31/12	/2024			31	12/2023	
Fatores de Risco	DV-01	EWMA	VAR	Exposição	DV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado	(4.553)	95%	560	18.803	_	95%	_	_
IGPM	(421)	95%	20.274	989.299	(440)	95%	23.048	932.901
IPCA	(1.454)	95%	64.422	1.854.599	(1.641)	95%	66.185	1.522.050
Ações		_	165	1.936	_	_	_	_

4.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência detidos

	31/12/2024						
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total			
Caixa e bancos	211.054	-	_	211.054			
Equivalente de caixa	23.149	_	_	23.149			
Aplicações financeiras	22.527.262	6.354.715	24.890.675	53.772.652			
Crédito das operações	444.503	_	_	444.503			
Ativos de resseguro – provisões técnicas	111.428	15.506	41.234	168.168			
Títulos e créditos a receber	48.905	565.211	_	614.116			
Total de ativos	23.366.301	6.935.432	24.931.909	55.233.471			
Contas a pagar	338.101	301.250	_	639.351			
Provisões técnicas	10.228.977	10.689.804	33.128.204	54.046.985			
Débito das operações	243.424	_	_	243.424			
Depósitos de terceiros	128.992	_	-	128.992			
Total de passivos	10.939.494	10.991.054	33.128.204	55.058.752			
		31/1:	2/2023				
Ativos a passivos	Atá 1 ana	Do 1 o 2 onco	Asima da 2 anas	Total			

Total de passivos	10.939.494	10.991.054	33.128.204	55.058.752
		31/1:	2/2023	
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	186.783	-	_	186.783
Equivalente de caixa	28.708	_	_	28.708
Aplicações financeiras	19.232.735	5.165.765	26.286.214	50.684.714
Crédito das operações	375.519	_	_	375.519
Ativos de resseguro – provisões técnicas	90.203	13.736	39.973	143.912
Títulos e créditos a receber	77.271	476.782	_	554.053
Total de ativos	19.991.219	5.656.283	26.326.187	51.973.689
Contas a pagar	346.987	240.368	_	587.355
Provisões técnicas	8.085.258	8.202.816	34.496.714	50.784.788
Débito das operações	228.385	_	_	228.385
Depósitos de terceiros	128.538	-	-	128.538
Total de passivos	8.789.168	8.443.184	34.496.714	51.729.066

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de compliance e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu, na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos ventos que se materializaram ou que nodem vir a enseiar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a ocorrência de eventos semelhantes.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica do Grupo Icatu, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, e participa da formação de novos produtos a serem lançados, e fornece subsídios para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de compliance, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir

que os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos, cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco do Grupo Icatu no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos do Grupo Icatu tem como objetivo examinar cuidadosamente todas as propostas de seguro, bem como, durante o processo de precificação, considerar as características e particularidades dos grupos segurados.

Para reduzir a exposição ao risco de subscrição, o Grupo Icatu diversifica sua carteira através de uma análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração do Grupo Icatu e formalizadas na política de subscrição e de transferência de riscos. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises atuariais e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, o Grupo Icatu visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de minimizar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência O Grupo Icatu subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins

de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alcadas envolvidas. Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo Icatu cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de transferência de riscos e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo Icatu possui contratos de resseguro específicos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por ramo e por região, da Companhia, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no período:

	Dist	ribuição de	prêmio bruto	de resseguro	em 31/12/20	24
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	108.978	262.997	42.062	749.469	983.424	2.146.930
Prestamista	8.006	86.376	5	105.294	500.607	700.288
Acidentes pessoais	8.852	28.167	10.924	283.253	155.000	486.196
Vida individual	2.756	15.822	9.546	153.234	10.743	192.101
Rural	_	_	_	3.339	228.969	232.308
Outros	366	5.872	143	9.018	1.879	17.278
Total seguros	128.958	399.234	62.680	1.303.607	1.880.622	3.775.101
Previdência	61.392	110.642	59.896	4.239.361	1.017.608	5.488.899
Total previdência	61.392	110.642	59.896	4.239.361	1.017.608	5.488.899

	Dist	em 31/12/20:	23			
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	79.469	220.540	41.117	609.219	875.128	1.825.473
Prestamista	8.019	62.945	21.926	109.556	441.956	644.402
Acidentes pessoais	4.005	29.843	13.920	193.711	114.993	356.472
Vida individual	1.826	13.256	4.076	91.275	6.781	117.214
Rural	_	_	_	2.710	196.088	198.798
Outros	470	5.602	547	8.609	2.841	18.069
Total seguros	93.789	332.186	81.586	1.015.080	1.637.787	3.160.428
Previdência	70.097	109.332	41.425	3.038.282	806.752	4.065.888
Total previdência	70.097	109.332	41.425	3.038.282	806.752	4.065.888

	Distr	ibuiçao de p	<u>remio liquido</u>	de ressegure	o em 31/12/20	24
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	104.564	262.080	41.803	727.020	968.272	2.103.739
Prestamista	8.005	86.275	5	105.290	480.367	679.942
Acidentes pessoais	8.738	27.838	10.736	276.033	153.106	476.451
Vida individual	2.414	14.335	8.624	135.454	9.511	170.338
Rural	_	_	_	3.339	207.221	210.560
Outros	365	5.567	138	8.704	1.389	16.163
Total seguros	124.086	396.095	61.306	1.255.840	1.819.866	3.657.193
Previdência	61.392	110.642	59.896	4.239.361	1.017.608	5.488.899
Total previdência	61.392	110.642	59.896	4.239.361	1.017.608	5.488.899

	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2023						
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total	
Vida em grupo	76.949	219.048	40.321	563.790	858.101	1.758.209	
Prestamista	8.019	62.906	21.926	109.537	421.075	623.463	
Acidentes pessoais	3.920	29.564	13.716	186.023	113.019	346.242	
Vida individual	1.611	12.319	3.551	77.536	5.903	100.920	
Rural	_	_	_	2.710	176.809	179.519	
Outros	403	4.837	425	7.829	1.831	15.325	
Total seguros	90.902	328.674	79.939	947.425	1.576.738	3.023.677	
Previdência	70.097	109.332	41.425	3.038.282	806.752	4.065.888	
Total previdência	70.097	109.332	41.425	3.038.282	806.752	4.065.888	

Letras do Tesouro Nacional – LTN

Quotas de fundos de investimento exclusivos (bloqueio judicial)

Quotas de fundos de investimento -

Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa

Letras Financeiras - LF

não exclusivos

Outros

Total

Circulante

Não circulante

Operações compromissadas

4.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e stress. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da empresa para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados na rubrica equivalente de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo era de R\$ 23.149 (R\$ 28.708 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) é de R\$ 1.327.057 (R\$ 1.109.784 em 31 de dezembro de 2023). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como ajustes de avaliação patrimonial, montam R\$ 229.948 bruto de tributos e R\$ 137.968, líquidos de tributos (R\$ 27.846, brutos de tributos e R\$ 16.707, líquidos de tributos, em 31 de dezembro de 2023).

O circulante é composto pela totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) e o total dos ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses, das outras duas categorias. Os equivalentes de caixa estão em rubrica separada e os demais instrumentos financeiros estão no não circulante.

O saldo contábil apresenta-se da seguinte forma	:	
	31/12/2024	31/12/2023
Categoria		
Custo amortizado	1.280.886	1.175.087
Valor justo por meio de outros resultados abran-		
gentes (VJORA)	1.097.109	1.081.939
Valor justo por meio do resultado (VJR)	51.417.806	48.456.396
Total	53.795.801	50.713.422
Circulante	51.417.299	48.453.565
Equivalente de caixa	23.149	28.708
Aplicações financeiras	51.394.150	48.424.857
Não circulante	2.378.502	2.259.857
Aplicações financeiras	2.378.502	2.259.857
E 4 0 1 1 1		

5.1. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representa 2,38% da carteira em 31 de dezembro de 2024

		31/12/	2024
	Taxas contra- tadas	Valor con- tábil/curva	Valor justo
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos		1.280.886	1.137.282
	IPCA +		
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	4,74%	535.113	377.939
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 7,47%	682.169	701.468
	IGPM +		
Debêntures de distribuição pública	5,62%	63.604	57.875
Total		1.280.886	1.137.282
Não circulante		1.280.886	1.137.282

	Taxas contra-	Valor contábil/	
	tadas	curva	Valor justo
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos		1.175.087	1.188.314
	IPCA +		
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	4,74%	511.274	461.382
	IGPM +		
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	7,43%	653.992	717.678
	IGPM+		
Debêntures de distribuição pública	4,51%	9.821	9.254
Total		1.175.087	1.188.314
Não circulante		1.175.087	1.188.314
		31/12/2024	31/12/2023
Vencimento em até cinco anos		10.318	9.821
Vencimento acima de cinco anos		1.270.568	1.165.266
Total		1.280.886	1.175.087

31/12/2023

31/12/2024

Valor

5.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) que representa 2,04% da carteira em 31 de dezembro de 2024 (2,13% em 31 de dezembro

Taxas

	contra- tadas	contábil/ iusto	Valor de curva	
Quotas de fundos de investimento –	10.000	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,		
exclusivos e ativos diretos		1.097.109	1.327.057	
	IPCA +			
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	5,46%	770.915	959.584	
	IGPM +			
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	5,11%	200.962	216.157	
	IPCA +			
Letras Financeiras – LF	5,34%	125.232		
Total		1.097.109	1.327.057	
Circulante		697	696	
Não circulante		1.096.412	1.326.361	
		31/12		
	Taxas			
	contra-	Valor con-	Valor de	
	tadas	tábil/justo	curva	
Quotas de fundos de investimento -				
exclusivos e ativos diretos		1.081.939	1.109.785	
	IPCA +			
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	5.27%	749.112	763.214	
	IGPM +			
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	5.10%	205.605	209.563	
Tiolas do Tesodio Nacional Tiviti O	IPCA +	200.000	200.000	
Letras Financeiras – LF	5,34%	127.222	137.008	
	0,04%			
Total		1.081.939	1.109.785	
Nao circulante		1.081.939	1.109.785	
Não circulante	3	1.081.939 1/12/2024	1.109.785 31/12/2023	
Vencimento em até um ano	3			

5.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Vencimento em até cinco anos

Vencimento acima de cinco anos

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR) que representa 95,58% da carteira em 31 de dezembro de 2024 (95,55% em 31 de dezembro em 2023):

		31/12/2024		
	Taxas			
	contra-	Valor	Valor	
	tadas	contábil	justo	
Quotas de fundos de investimento -				
exclusivos e ativos diretos		50.501.243	50.501.243	
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)		49.856.347	49.856.347	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	Selic	524.047	524.047	
	IPCA +			
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	6,29%	8.853	8.853	
Letras do Tesouro Nacional – LTN	11,27%	1	1	
Letras Financeiras – LF	5,86%	907	907	
Operações compromissadas	Selic	106.826	106.826	
Certificados de Depósito				
Bancário – CDB		5.066	5.066	
Outros		(804)	(804)	
Quotas de fundos de investimento –				
exclusivos (bloqueio judicial)		1.204	1.204	
Quotas de fundos de investimento –				
não exclusivos		892.210	892.210	
Operações compromissadas – clas-				
sificado como equivalente de caixa		23.149	23.149	
Total		51.417.806	51.417.806	
Circulante		51.416.602	51.416.602	
Não circulante		1.204	1.204	
		31/12	/2023	
	Taxas			
	contra-	Valor	Valor	
	tadas	contábil	justo	
Quotas de fundos de investimento –				
exclusivos e ativos diretos		48.156.421	48.156.421	
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)	_	47.267.984	47.267.984	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	Selic	752.570	752.570	
	1004			
	IPCA +			
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	2,56%	9.872	9.872	

(*) A composição dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação onde a Companhia é cotista, possui como principais ativos: Títulos públicos do Tesouro Nacional que representam 43,9% da carteira em 31 de dezembro de 2024 (45% em 31 dezembro de 2023), sendo o principal ativo as Letras Financeiras do Tesouro. As demais aplicações correspondem a títulos de crédito privado, cotas de fundos não exclusivos, operações compromissadas e ações.

11,16%

7,78%

Selic

897

126.268

(1.175)

2.831

268.436

28,708

2.831

48.456.396 48.456.396

48.453.565 48.453.565

897

26.268

(1.175)

2.831

268.436

28,708

	31/12/2024	31/12/2023
Sem vencimento	11.984.386	10.601.568
Vencimento em até um ano	10.565.328	8.659.876
Vencimento em até cinco anos	21.468.529	21.488.247
Vencimento acima de cinco anos	7.399.563	7.706.705
Total	51.417.806	48.456.396





20.640

1.061.299

1.081.939

24.926

1.071.486

1.097.109

Diário Comercial 7



Nacional

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

5.4. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	Custo amortizado	VJORA	VJR	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2023	1.188.874	608.626	47.440.772	49.238.272
(+) Aplicações	_	499.821	15.242.230	15.742.051
(-) Resgates	(84.691)	(141.477)	(19.645.388)	(19.871.556)
(+) Rendimentos	70.904	58.295	5.418.782	5.547.981
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	56.674	_	56.674
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.175.087	1.081.939	48.456.396	50.713.422
(+) Aplicações	49.008	154.759	18.248.707	18.452.474
(-) Resgates	(86.716)	(59.764)	(18.217.967)	(18.364.447)
(+) Rendimentos	143.507	122.278	2.930.670	3.196.455
(+/-) Ajuste ao valor justo	_	(202.103)	_	(202.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.280.886	1.097.109	51.417.806	53.795.801

Os resgates mensurados ao custo amortizado referem-se ao fluxo de pagamento dos ativos classificados nessa categoria.

5.5. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos mensurados ao custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

• Nível 2: inputs de mercado, exceto precos cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo;

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

		31/12/2024	
	Nível 1	Nível 2	Total
Custo amortizado	535.113	745.773	1.280.886
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	535.113	745.773	1.280.886
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	535.113	_	535.113
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	_	682.169	682.169
Debêntures de distribuição pública	_	63.604	63.604
VJORA	770.915	326.194	1.097.109
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	770.915	326.194	1.097.109
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	770.915	_	770.915
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	-	200.962	200.962
Letras Financeiras – LF	_	125.232	125.232
VJR	30.783.487	20.634.319	51.417.806
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	30.760.338	19.740.905	
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	30.120.611	19.735.736	49.856.347
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	524.047	-	524.047
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	8.853	-	8.853
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1	-	1
Letras Financeiras – LF	-	907	907
Operações compromissadas	106.826	-	106.826
Certificados de Depósito Bancário – CDB	-	5.066	5.066
Outros (*)	_	(804)	(804)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos (bloqueio judicial)	-	1.204	1.204
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	_	892.210	892.210
Operações compromissadas - classificado como equivalente de			
caixa	23.149	_	23.149
Total	32.089.515	21.706.286	53.795.801

	;	31/12/2023	
	Nível1	Nível2	Total
Custo amortizado	1.165.266	9.821	1.175.087
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	1.165.266	9.821	1.175.087
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	511.274	_	511.274
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	653.992	_	653.992
Debêntures de distribuição pública	_	9.821	9.821
VJORA	954.717	127.222	1.081.939
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	954.717	127.222	1.081.939
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	205.605	_	205.605
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	749.112	_	749.112
Letras Financeiras – LF	_	127.222	127.222
VJR	30.596.470	17.859.926	48.456.396
Quotas de fundos de investimento			
exclusivos e ativos diretos	30.564.931	17.591.490	48.156.421
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	29.676.216	17.591.768	47.267.984
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	752.570	_	752.570
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	9.872	_	9.872
Letras do Tesouro Nacional – LTN	5	_	5
Letras Financeiras – LF	-	897	897
Operações compromissadas	126.268	_	126.268
Outros (*)	-	(1.175)	(1.175)
Quotas de fundos de investimento			
- exclusivos (bloqueio judicial)	2.831	_	2.831
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	-	268.436	268.436
Operações compromissadas - clas-			
sificado como equivalente de caixa	28.708	_	28.708
Total	32.716.453	17.996.969	50.713.422

(*) Outras aplicações se referem ao montante de contas a pagar e receber dos fundos exclusivos incluindo os fundos previdenciários.

5.6. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência. O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

		31/12/2024		
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de ref rência	e- Exposição (notional)
DI1	Comprado	02/01/2025	CDI	<u> </u>
DI1	Vendido	01/04/2025	CDI	10
DI1	Vendido	01/07/2025	CDI	1
DI1	Comprado	01/10/2025	CDI	4
DI1	Vendido	02/01/2026	CDI	3
DI1	Comprado	01/07/2026	CDI	4
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	8
DI1	Comprado	01/07/2027	CDI	7
DI1	Vendido	03/01/2028	CDI	3
DI1	Comprado	03/07/2028	CDI	1
DI1	Comprado	02/01/2030	CDI	1
DI1	Comprado	02/01/2031	CDI	1
DI1	Vendido	03/01/2033	CDI	1

			Indexador de re	fe-
Futuro	Posição	Vencimento	rência	Exposição (notional)
DI1	Vendido	01/10/2024	CDI	1
DI1	Comprado	01/07/2025	CDI	1
DI1	Vendido	02/01/2026	CDI	2
DI1	Vendido	01/07/2026	CDI	2
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	1

31/12/2023

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber Saldo de prêmios a receber por ramo era o seguinte:

1 9		
	31/12/2024	31/12/2023
Vida em grupo	234.448	189.666
Prestamistas	71.055	72.690
Acidentes pessoais	46.084	40.468
Vida individual	31.204	22.036
Rural	22.327	19.007
Outros	33	77
Total de prêmios a receber bruto	405.151	343.944
Redução ao valor recuperável	(18.743)	(19.111)
Total de prêmios a receber	386.408	324.833

6.2. Movimentação de prêmios a receber

Prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	343.944	271.415
(+) Prêmios emitidos	4.825.564	3.920.908
(+) IOF	17.209	15.476
(-) Prêmios cancelados	(347.888)	(360.412)
(-) Recebimentos	(4.433.678)	(3.503.443)
Prêmios a receber bruto	405.151	343.944
Movimentação da redução ao valor recuperável		
Saldo inicial	(19.111)	(13.475)
(-) Constituição	(222.942)	(242.094)
(+) Reversão	223.310	236.458
Provisão para redução ao valor recuperável	(18.743)	(19.111)
Prêmios a receber líquidos	386.408	324.833

6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte

		31/12/2024			31/12/2023	
	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recu- perável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer						
De 1 até 30 dias (*)	369.312	(695)	368.617	306.967	(540)	306.427
Vencidos						
1 até 30 dias	14.940	(674)	14.266	14.721	(502)	14.219
31 até 60 dias	2.789	(126)	2.663	2.012	(68)	1.944
61 até 120 dias	695	(343)	352	1.532	(875)	657
121 até 180 dias	447	(221)	226	1.157	(661)	496
181 até 360 dias	686	(401)	284	3.559	(2.469)	1.090
Mais de 360 dias	16.283	(16.283)	_	13.996	(13.996)	_
Total	405.151	(18.743)	386.408	343.944	(19.111)	324.833

(*) Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 238.197 (R\$ 204.238 em 31 de dezembro de 2023) referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.

O cálculo da redução ao valor recuperável foi baseado em estudo técnico revisado, no mínimo, semestralmente, considerando a inadimplência dos últimos dois anos, conforme nota 3.10.1.2.

7. Operações com resseguradoras

Essa rubrica registra os recebíveis de operações com as resseguradoras, àquelas cujas despesas já foram pagas pela Companhia, principalmente, os referentes aos sinistros sofridos pelos segurados e seus beneficiários, e a Companhia tem o direito de recebimento da parte do risco que cabe à resseguradora, como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Sinistros pagos a recuperar	55.196	39.878
Redução ao valor recuperável	(4.153)	(1.400)
Total	51.043	38.478

8. Outros créditos operacionais

Registra, basicamente, os recebimentos e pagamentos operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 113.854 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 122.918 em 31 de dezembro de 2023). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário. 9. Ativos de resseguros

As provisões técnicas referentes as operações de resseguros contratadas pela Companhia, com o intuito de mitigar os riscos assumidos, registradas no ativo circulante e não circulante, são as seguintes;

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR	40.580	43.656
Recuperação de indenização de sinistro	71.425	51.733
Prêmio de resseguro diferido	56.359	48.523
Redução ao valor recuperável	(196)	_
Total	168.168	143.912
Circulante	111.428	90.203
Não circulante	56.740	53.709

10. Títulos e créditos a receber

Os títulos e créditos a receber, registrados no ativo circulante, são compostos basicamente por dividendos a receber das controladas e coligadas e valores a receber das empresas do Grupo Icatu, por reembolso, referentes ao contrato de compartilhamento de despesas em comum.

	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos	393	39.855
Créditos a receber	21.953	23.296
Total	22.346	63.151

11. Créditos tributários e previdenciários

11.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante são compostos por tributos apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Impostos a recuperar	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda	13.191	6.265
Contribuição social	6.846	2.642
COFINS	1.192	1.050
PIS	116	57
Outros	4.689	2.564
Total	26.034	12.578

11.2 Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica "créditos tributários e previdenciários"

	Saldo em		Realizações/	Saldo em
	31/12/2023	Constituições	Reversões	31/12/2024
Imposto de renda diferido	123.655	398.557	(347.655)	174.557
Prejuízos fiscais	55.207	9.435	(19.876)	44.766
Diferenças temporárias	61.486	29.976	(19.157)	72.305
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	6.962	359.146	(308.622)	57.486
Contribuição social diferida	72.953	238.383	(209.203)	102.133
Base negativa	31.886	4.909	(12.537)	24.258
Diferenças temporárias	36.890	17.987	(11.494)	43.383
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	4.177	215.487	(185.172)	34.492
PIS e COFINS diferidos	44.893	4.309	(1.472)	47.730
PIS e COFINS diferidos	44.893	4.309	(1.472)	47.730
Total de créditos fiscais diferidos	241.501	641.249	(558.330)	324.420
Passivo - não circulante				
Imposto de renda diferido	1.413	49.033	(46.373)	4.073
IR debêntures incentivadas	1.413	49.033	(46.373)	4.073
Total de débitos fiscais diferidos	1.413	49.033	(46.373)	4.073
Total de créditos e débitos diferidos	240.088	592.216	(511.957)	320.347

Total de debitos liscais diferidos	1.413	49.000	(40.373)	4.073
Total de créditos e débitos diferidos	240.088	592.216	(511.957)	320.347
	Saldo em 01/01/2023	Constituições	Realizações/ Reversões	
Imposto de renda diferido	132.358	293.611	(302.314)	123.655
Prejuízos fiscais	61.993	58.939	(65.725)	55.207
Diferenças temporárias	49.236	45.804	(33.554)	61.486
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de				
mercado	21.129	188.868	(203.035)	6.962
Contribuição social diferida	78.357	177.123	(182.527)	72.953
Base negativa	36.137	35.939	(40.190)	31.886
Diferenças temporárias	29.542	27.864	(20.516)	36.890
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de				
mercado	12.678	113.320	(121.821)	4.177
PIS e COFINS diferidos	40.950	14.718	(10.775)	44.893
PIS e COFINS diferidos	40.950	14.718	(10.775)	44.893
Total de créditos fiscais diferidos	251.665	485.452	(495.616)	241.501
Passivo - não circulante				
Imposto de renda diferido	958	25.866	(25.411)	1.413
IR debêntures incentivadas	958	25.866	(25.411)	1.413
Total de débitos fiscais diferidos	958	25.866	(25.411)	1.413
Total de créditos e débitos diferidos	250.707	459.586	(470.205)	240.088

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de ianeiro de 2023.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

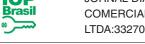
Prejuízo fiscal e base negativa – 2024 a 2029		
2024*	18.069	
2025	34.015	49,28%
2026	34.402	49,84%
2027	607	0,88%
Total	69.024	100,00%

(*) 2024 não compõe o total do prejuízo fiscal e negativa

Diferenças temporárias – 2024 a 2034		
2024 *	(17.312)	
2025	4.084	3,53%
2026	5.426	4,69%
2027	6.883	5,95%
2028	8.225	7,11%
2029 a 2033	91.070	78,72%
Total	115.688	100.00%

(*) 2024 não compõe o total das diferenças temporárias





262.033

ICATU

Nacional

ICATU SEGUROS S.A.

Edição Nacional

Diário Comercial 70

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

(50.781)

A seguir, a composição das diferenças temporárias:		
Imposto de renda/Contribuição social	31/12/2024	31/12/2023
Provisão contingências trabalhistas	1.696	1.695
Provisão contingências cíveis	11.210	10.766
Provisão contingências fiscais	9.829	9.523
Redução ao valor recuperável	27.257	26.006
Provisão excedente técnico	24.263	22.048
Fundo de marketing	17.379	25.924
PIS exigibilidade suspensa	36.602	35.029
COFINS exigibilidade suspensa	161.175	154.295
Outras provisões – ágio	10.004	10.004
Obrigações a pagar – provisão	5.545	2.783
Outras receitas – atualização depósito judicial	(108.114)	(98.357
Participações nos resultados – PLR	140.103	91.119
PIS e COFINS diferidos	(47.729)	(44.893
Total das provisões temporárias	289.220	245.942
Alíquota aplicada - IRPJ – 25%	72.305	61.486
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	43.383	36.891
Total	115.688	98.377

Saldo em 31/12/2023 Amortização / Movimentação Saldo em 31/12/2024 Ativo 250.379 Imóveis (10.616)239.763 1.927 (1.347)Equipamentos 580 Veículos 2.196 917 3.113 (11.046)243.456 Total **Passivo** Circulante 25.139 26.634 Não circulante 236.894 (10.002)226.892 Total 262.033 (8.507)253.526 Saldo em 01/01/2023 Amortização / Movimentação Saldo em 31/12/2023 Ativo 303.982 (53.603)250.379 Imóveis (1.986)Equipamentos 3.913 1.927 1.108 (**54.481**) 2.196 **254.502** 1.088 Veículos 308.983 Total Passivo 25.139 27.291 (2.152)Circulante Não circulante 285.523 (48.629)236.894

Arrendamentos a pagar 31/12/2024 31/12/2023 Arrendamentos a pagar 284.547 297.539 Juros de arrendamento (31.021)(35.506)Total 253.526 262.033 Circulante 26.634 25.139 Não circulant 226.892 236.894

312.814

12. Outros valores e bens

12.1. Débitos diversos

O arrendamento comporta substancialmente aluguéis de veículos, imóveis e notebooks e a amortização conforme nota 3.6., acompanha o tempo de vigência dos contratos, com taxas de 0,6% a 8,2% ao mês. A movimentação está apresentada a seguir:

13. Investimentos

13.1 Composição dos investimentos

A Companhia possui a totalidade de seus investimentos em controladas e coligadas em empresas brasileiras, exceto quanto a Icatu S.A de Capitalización y Ahorro, que é uma empresa argentina, que não está operacional. A com-

Total

						Total de Passivos Lí-	Total das				Lucro				
	Quantidade d	le Ações	Quantidade	% de	Total de	quidos de Provisões	Provisões	Capital	Patrimônio	Total das	Líquido	Investin	nento	Resultado Pa	atrimonial_
Investimentos	ON	PN	de Cotas	Participação	Ativos	Judiciais	Judiciais	Social	Líquido	Receitas	(Prejuízo)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024 3°	1/12/2023
Icatu Capitalização S.A. (*)	810.894.586	-	-	- 100,00%	3.033.419	2.798.060	7.724	211.484	227.635	1.954.046	84.830	227.637	286.263	84.830	45.624
Brasilcap Capitalização S.A.	54.010.799 1	2.833.569	-	- 16,70%	13.531.150	11.429.043	1.298.362	354.398	803.745	6.716.787	280.770	134.200	127.935	46.880	44.804
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária															
e Consultoria S.A. (**)	1.000	-	-	- 100,00%	554.614	533.118	824	1.000	20.672	181.125	154.805	20.672	103.090	154.805	52.147
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	3.316.721	_	-	- 100,00%	6.806	2.256	_	4.699	4.550	_	(686)	4.550	5.236	(686)	(288)
Itumbiara Participações Ltda.	_	-	6.255.616	44,89%	13.532	108	-	13.936	13.424	_	(512)	6.023	6.253	(230)	(272)
Icatu Assessoria S.A. (***)	-	_	-	- 100,00%	70.928	23.130	_	1.000	47.798	276.754	76.598	47.798	119.486	76.598	66.529
Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (**)	_	-	-		-	-	_	_	-	-	_	_	_	_	110.838
Vanguardacap Capitalização S.A.	12.000.000	-	-	- 100,00%	25.477	11.181	3	12.000	14.293	-	933	14.293	13.581	933	1.271
Icatu Correspondente Bancário Ltda.	_	-	100.000	100,00%	1.490	53	_	100	1.437	1.654	684	1.437	753	684	409
Outras participações societárias												4	5	(1)	(2)
Total das Participações Acionárias												456.614	662.602	363.813	321.060
Resultado de outras participações												_	_	_	236
Outros investimentos (a)												92	92	_	_
Total de investimentos/resultado patrimonial												456.706	662.694	363.813	321.296

- (a) Obras de arte.
- (*) O resultado patrimonial e investimento na Icatu Capitalização S.A. foram impactados positivamente pela prescrição dos sorteios dos produtos PU ocorrida no primeiro semestre de 2024. (**) Em 30 de setembro de 2023, a Icatu Serviços de Adm. Previdenciária S.A. incorporou a Icatu Consultoria de Investimentos S.A. Em virtude dessa incorporação, o resultado patrimonial e investimento nessas companhias foram
- impactados. (***) Para fins de restruturação societária do Grupo Icatu, a Icatu Assessoria foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., também controlada integral da Companhia, em 1º de janeiro de 2025. O

laudo de avaliação foi emitido em 31 de outubro de 2024 e a incorporação foi efetivada considerando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024. A operação foi feita a valores contábeis e o acervo líquido da operação é de R\$ 47.798, cuio montante representou um acréscimo patrimonial para a incorporadora. A seguir, a movimentação das principais participações acionárias da Companhia:

	Saldo em					Equivalência	Saldo em				Outros ajustes de	Equivalência	Saldo em
	01/01/2023	Adições	Reduções	Dividendos	Ajuste TVM	patrimonial	31/12/2023	Reduções	Dividendos	Ajuste TVM	avaliação patrimonial	patrimonial	31/12/2024
Icatu Capitalização S.A.	239.600	10.000	_	(10.836)	1.875	45.624	286.263	-	(134.485)	(7.675)	(1.296)	84.830	227.637
Brasilcap Capitalização S.A.	108.493	_	_	(35.046)	9.684	44.804	127.935	_	(43.703)	3.088	_	46.880	134.200
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A	. –	68.280	(6.719)	(12.805)	2.187	52.147	103.090	(4.718)	(217.198)	(15.382)	75	154.805	20.672
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	5.295	243		(14)	_	(288)	5.236				_	(686)	4.550
Itumbiara Participações Ltda.	6.526	-	_	_	_	(273)	6.253	_	_	_	-	(230)	6.023
Icatu Assessoria S.A.	67.746	_	_	(15.800)	1.011	66.529	119.486	(68.198)	(79.077)	(1.011)	_	76.598	47.798
Icatu Consultoria de Investimentos S.A.	14.425	-	(56.929)	(71.023)	2.689	110.838	_				-	_	_
Vanguardacap Capitalização S.A.	13.599	_		(1.289)	_	1.271	13.581	_	(221)	_	_	933	14.293
Icatu Correspondente Bancário	344	_	_		_	409	753	_		_	_	684	1.437
Outras Participações Societárias	7	_	_	_	_	(2)	5	_	_	_	_	(1)	4
Total	456.035	78.523	(63.648)	(146.813)	17.446	321.059	662.602	(72.916)	(474.684)	(20.980)	(1.221)	363.813	456.614

14. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, as quais tendem a beneficiar o Grupo Icatu por mais de um

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições		Transfe- rência	Depre- ciação	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos	20%	10.768	5.363	(86)	_	(4.202)	11.843
Móveis, máquinas e utensílios	10%	6.016	134	(8)	_	(892)	5.250
Outras imobilizações (a)	20%	16.019	816	_	152	(6.381)	10.606
Imobilizado em andamento	-	151	46	_	(152)	_	45
Total		32.954	6.359	(94)	_	(11.475)	27.744

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transfe- rência	Depre- ciação	Saldo em 31/12/2023
Equipamentos	20%	11.732	3.381	(295)	267	(4.317)	10.768
Móveis, máquinas e utensílios	10%	6.549	436	(164)	31	(836)	6.016
Outras imobilizações (a)	20%	21.784	824		(298)	(6.291)	16.019
Imobilizado em andamento	_	_	151	_	· _	_	151
Total		40.065	4 702	(4E0)		(11 ///)	22.054

- (a) Referem-se a benfeitorias.
- 15. Intangível
- Os intangíveis são compostos da seguinte forma:

	Taxa anual de amortização	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amorti- zação	Saldo em 31/12/2024
Desenvolvidos internamente		274.985	52.637	(24.488)	303.134
Marcas e patentes	_	71	_	_	71
Sistemas de computação	20%	274.914	52.637	(24.488)	303.063
Adquiridos de terceiros		176.874	_	(11.291)	165.583
Sistemas de computação	20%	4.353	-	_	4.353
Balcão de vendas (a)	_	172.521	_	(11.291)	161.230
Total		451.859	52.637	(35.779)	468.717

	Taxa anual de amortização	Saldo em 01/01/2023	Adições	Amorti- zação	Saldo em 31/12/2023
Desenvolvidos internamente		206.699	83.058	(14.772)	274.985
Marcas e patentes	_	71	_	_	71
Sistemas de computação	20%	206.628	83.058	(14.772)	274.914
Adquiridos de terceiros		195.586	136	(18.848)	176.874
Sistemas de computação	20%	10.935	136	(6.718)	4.353
Balcão de vendas (a)	_	184.651	_	(12.130)	172.521
Total		402.285	83.194	(33.620)	451,859

(a) Registra o valor pago pela compra do direito de comercialização, em caráter de exclusividade, de produtos de seguros de pessoas e previdência nos canais de distribuição de parceiras, que são elas: Banco do Nordeste (BNB), Banese, Guia-Bolso, Banco Inter, Azimut e 88i. Amortizado pelo prazo de vigência dos contratos que

varia de 5 a 20 anos. 16. Obrigações a pagar e outras contas a pagar

As principais obrigações a pagar são apresentadas a seguir: 16.1. Obrigações a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	4.453	6.966
Participação nos lucros a pagar (a)	39.079	31.386
Pagamentos a realizar (b)	22.986	34.031
Outras - portabilidades e PGBL (c)	12.180	22.587
Provisão fundo de marketing (d)	17.379	25.924
Obrigações a pagar – campanhas (e)	950	690
Outras contas a pagar (f)	15.853	7.918
Passivo circulante	112.880	129.502
Participação nos lucros a pagar (a)	101.025	48.698
Passivo não circulante	101.025	48.698
Total	213.905	178.200
16.2. Outras contas a pagar		
	31/12/2024	31/12/2023
Outras contas a pagar (g)	142.609	133.613
Outros pagamentos a efetuar (h)	13.896	15.152

- (a) Referem-se aos valores a pagar à funcionários, conforme convenção interna, referente a participação nos lucros, para os programas de curto e longo prazos;
- (b) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda; (c) Referem-se aos pagamentos a efetuar para outras instituições, relacionadas a portabilidades;
- (d) São verbas destinadas e provisionadas as despesas com *marketing*, em percentuais definidos em contratos com parceiros:
- (e) Referem-se a provisões de campanhas junto a parceiros e corretores para apuração no exercício seguinte; (f) Estão relacionadas as provisões de despesas da Companhia, contratos e outras relacionadas a benefícios e descontos de folha dos funcionários;
 - (g) Valores definidos em contratos de parceria destinados à distribuição de excedentes técnico contábil decor-
- rentes de superávit; e (h) São valores a pagar, referentes a divisão de resultados, conforme acordo contratual com os parceiros Swiss
- Life e Insurope. 17. Impostos e encargos sociais a recolher
- São valores apurados e devidos, referentes a tributos e encargos sociais, com exigibilidade no curto prazo:

	31/12/2024	31/12/2023
IR retido na fonte a recolher	23.443	21.636
Impostos sobre serviços a recolher	4.464	3.422
Impostos sobre operações financeiras	3.586	2.769
Contribuições previdenciárias	6.607	5.177
Outros impostos e encargos sociais a recolher	2.701	1.252
Total	40.801	34.256

18. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para	os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curtissimo prazo:				
	31/12/2024	31/12/2023			
IR	-	4.983			
CSLL	-	3.339			
COFINS	9.035	7.609			
PIS	1.466	1.233			
Outros impostos	1.	1			
Outras contribuições	1	11			

19. Débitos das operações - operações com seguradoras e resseguradoras

Essas obrigações são referentes aos contratos de cosseguros e resseguros cedidos, que a Companhia adquire com o intuito de mitigar os riscos assumidos perante os segurados, estratégia que faz parte do gerenciamento dos riscos de suas operações. Adicionalmente, há obrigações com o pagamento de pró-labore e comissões, referente a esses mesmos contratos, bem como a estimativa atuarial para àqueles contratos com risco vigentes e não emitidos. A seguir, a composição desses montantes:

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios de cosseguro cedido emitido	3.607	4.574
Prêmios de cosseguro cedido a liquidar	6.610	26.373
Total de operações com seguradoras	10.217	30.947
	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios de resseguro cedido emitido	77.961	73.574
Prêmios de resseguro cedido a liquidar	8.412	7.333
Total de operações com resseguradoras	86.373	80.907
	31/12/2024	31/12/2023
Comissões riscos emitidos diretos	39.454	36.129
Comissões a pagar e RVNE	85.293	66.360
Pró-labore emitido	10.754	5.056
Pró-labore a pagar	4.390	1.230
Outros	173	3.402
Total de corretores de seguros e resseguros	140.064	112.177

20. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

A ladae and appointed ac tereorine esta distributad t	aa oogainto torrita.	
	31/12/2024	31/12/2023
1 até 30 dias	118.418	121.222
31 até 60 dias	1.644	2.489
61 até 120 dias	3.579	1.042
121 até 180 dias	907	268
181 até 365 dias	2.245	1.012
Mais de 365 dias	2.199	2.505
Total	128 992	128.538

Total passivo circulante



10.503



Nacional

ICATU SEGUROS S.A.

Diário Comercial 70

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

21. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - seguros

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

		31/12/202	4		31/12/2023			
Provisões Técnicas – seguros	Pessoas	Vida Individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência	Total	Pessoas	Vida Individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência	Total
Circulante								
Prêmios não ganhos	608.137	5.917	_	614.054	461.804	3.362	_	465.166
Prêmios não ganhos - RVNE	96.558	29	_	96.587	85.690	101	_	85.791
Sinistros a liquidar administrativo	271.681	1.486	_	273.167	225.613	2.911	191	228.715
Sinistros a liquidar judicial	22.338	545	_	22.883	21.917	873	_	22.790
Sinistros ocorridos mas não avisados	340.652	29.434	_	370.086	310.164	4.430	_	314.594
Benefícios a conceder	26	503	5.098.198	5.098.727	9	183	3.920.473	3.920.665
Benefícios concedidos	_	21	11.988	12.009	_	21	10.844	10.865
Excedente financeiro	_	_	14	14	_	_	21	21
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	1.869	20	_	1.889	3.202	64	24	3.290
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	16	39	5	60	_	_	_	_
Excedente técnico	29.076	_	_	29.076	13.117	_	_	13.117
Resgates e/ou outros valores a regularizar	98	4.673	78.259	83.030	22	3.970	87.599	91.591
Provisão complementar de cobertura	_	_	_	_	_	1	18	19
Total circulante	1.370.451	42.667	5.188.464	6.601.582	1.121.538	15.916	4.019.170	5.156.624
Não circulante								
Prêmios não ganhos	753.388	_	_	753.388	531.499	_	_	531.499
Sinistros a liquidar administrativo	5.972	33	_	6.005	4.967	67	_	5.034
Sinistros a liquidar judicial	153.519	3.737	_	157.256	150.617	5.999	_	156.616
Sinistros ocorridos mas não avisados	232.259	7.982	_	240.241	252.134	4.674	_	256.808
Benefícios a conceder	14.204	203.139	24.894.253	25.111.596	5.197	74.760	24.084.696	24.164.653
Benefícios concedidos	_	56	113.350	113.406	_	69	95.863	95.932
Excedente financeiro	_	_	29	29	_	_	26	26
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	6.013	52	_	6.065	7.145	220	237	7.602
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	420	485	25	930	_	_	_	_
Provisão complementar de cobertura	_	_	_	_	_	3	385	388
Total não circulante	1.165.775	215.484	25.007.657	26.388.916	951.559	85.792	24.181.207	25.218.558
Total	2.536.226	258.151	30.196.121	32.990.498	2.073.097	101.708	28.200.377	30.375.182
		31/12/202	4			31/12/2	2023	

		31/12/2024			31/12/2023			
Provisões Técnicas – seguros	Pessoas	Vida Individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência	Total	Pessoas	Vida Individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência	Total
Custos de aquisição diferidos – seguros								
Circulante	323.331	14.784	3.892	342.007	247.343	6.438	4.011	257.792
Não circulante	385.251	35.630	13.389	434.270	260.173	15.627	12.496	288.296
Total	708.582	50.414	17.281	776.277	507.516	22.065	16.507	546.088

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir: Baixas/

Provisões técnicas – seguros	Saldos em 31/12/2023	Consti- tuições	Amorti- zações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2024
Prêmios não ganhos	996.665	473.796	(103.019)	_	1.367.442
Prêmios não ganhos – RVNE	85.791	141.645	(130.849)	_	96.587
Sinistros a liquidar	413.155	2.339.237	(2.312.417)	19.336	459.311
Sinistros ocorridos mas não avisados	571.402	591.094	(552.169)	_	610.327
Benefícios a conceder	28.085.318	9.645.367	(9.299.105)	1.778.743	30.210.323
Benefícios concedidos	106.797	23.437	(14.171)	9.352	125.415
Excedente financeiro	47	902	(959)	53	43
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	10.892	12.152	(15.090)	_	7.954
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	_	1.663	(673)	_	990
Excedente técnico	13.117	26.883	(10.924)	_	29.076
Resgates e/ou outros valores a regularizar	91.591	890.879	(899.686)	246	83.030
Provisão complementar de cobertura	407	178	(1)	(584)	_
Total	30.375.182	14.147.233	(13.339.063)	1.807.146	32.990.498

			Baixas/		
	Saldos em	Consti-		tualização	Saldos em
Provisões técnicas – seguros	01/01/2023	tuições	zaçoes	monetária	31/12/2023
Prêmios não ganhos	684.822	1.158.845	(847.002)	_	996.665
Prêmios não ganhos - RVNE	69.691	76.699	(60.599)	_	85.791
Sinistros a liquidar	377.882	1.865.978	(1.845.200)	14.495	413.155
Sinistros ocorridos mas não avisados	520.297	3.222.867	(3.171.762)	_	571.402
Benefícios a conceder	28.044.682	8.709.312	(11.789.741)	3.121.065	28.085.318
Benefícios concedidos	90.676	20.333	(12.029)	7.817	106.797
Excedente financeiro	14	456	(459)	36	47
Provisão de despesas relacionadas	10.298	8.727	(8.133)	_	10.892
Excedente técnico	5.219	14.881	(6.983)	_	13.117
Resgates e/ou outros valores a regulari	zar 143.620	1.056.596	(1.108.450)	(175)	91.591
Provisão complementar de cobertura	42	605	(240)	_	407
Total	29.947.243	16.135.299	(18.850.598)	3.143.238	30.375.182
	Saldo em 31/12/20	23	Constituicões	Saldo en	n 31/12/2024

Total	29.947.243 16.135.2	299 (18.850.598)	3.143.238 30.375.182
	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Saldo em 31/12/2024
Custo de aquisição diferido	546.088	230.189	776.277
Total	546.088	230.189	776.277
	Saldo em 01/01/2023	Constituições	Saldo em 31/12/2023
Custo de aquisição diferido	377.062	169.026	546.088
Total	377.062	169.026	546.088

21.1. Análise de sensibilidade – seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado. As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e o stress de 10% na sinistralidade mostrou-se adequado e suficiente para a cobertura das oscilações. Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

		Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido					
		31/12/2024			31/12/2023		
		Bruto de Res-	Líquido de	Bruto de Res-	Líquido de		
Variável	Premissas	seguro	Resseguro	seguro	Resseguro		
Sinistralidade	Aumento de 10% na sinistralidade	(31.938)	(29.508)	(52.484)	(49.037)		
Sinistralidade	Redução de 10% na sinistralidade	31.938	29.508	52.484	49.037		

22. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – previdência complementar

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens e, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

_	31/12/2024 31/12/2023					
Provisões técnicas -	Circu-	Não			Não	
previdência complementar	lante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Prêmios não ganhos	663	4	667	657	2	659
Prêmios não ganhos - RVNE	33	_	33	40	_	40
Benefícios a conceder	3.442.657	16.808.264	20.250.921	2.752.308	16.907.032	19.659.340
Benefícios concedidos	75.751	614.874	690.625	63.969	534.371	598.340
Sinistros a liquidar administrativo	651	_	651	3.304	_	3.304
Sinistros a liquidar judicial	221	_	221	5.561	_	5.561
Excedente financeiro	1.261	5.915	7.176	1.499	6.077	7.576
Eventos ocorridos mas não avisados	2.590	_	2.590	2.793	_	2.793
Provisão para despesas						
relacionadas (PDR)	3	_	3	483	3.503	3.986
Provisão para despesas						
relacionadas (PDC)	13	35	48	_	_	
Resgates e/ou outros valores						
a regularizar	103.552	-	103.552	94.222	-	94.222
Provisão complementar de cobertura	_	_	_	3.799	29.986	33.785
Total	3.627.395	17.429.092	21.056.487	2.928.635	17.480.971	20.409.606
OO December to the state to a						

31/12/2024 31/12/2023 Circulante Não circulante Total Circulante Não circulante Custo de aquisição diferidos Total

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir: Baixas/

Provisões técnicas	Saldos em 31/12/2023	Consti- tuições	Amorti- zações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2024
Prêmios não ganhos	659	421	(413)	_	667
Prêmios não ganhos – RVNE	40	29	(36)	_	33
Benefícios a conceder	19.659.340	5.299.126	(5.802.789)	1.095.244	20.250.921
Benefícios concedidos	598.340	110.936	(79.537)	60.886	690.625
Sinistros a liquidar	8.865	1.361	(9.745)	391	872
Excedente financeiro	7.576	1.589	(2.855)	866	7.176
Eventos ocorridos mas não avisados	2.793	635	(838)	_	2.590
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	3.986	32	(4.015)	_	3
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	_	541	(493)	_	48
Resgates e/ou outros valores a regularizar	94.222	598.177	(591.210)	2.363	103.552
Provisão complementar de cobertura	33.785	18.612	(794)	(51.603)	_
Total	20.409.606	6.031.459	(6.492.725)	1.108.147	21.056.487

Provisões técnicas	Saldos em 01/01/2023	Consti- tuições	Amorti- zações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2023
Prêmios não ganhos	772	1.006	(1.119)	_	659
Prêmios não ganhos – RVNE	31	68	(59)	_	40
Benefícios a conceder	18.850.819	4.395.660	(5.743.455)	2.156.316	19.659.340
Benefícios concedidos	535.828	106.483	(70.403)	26.432	598.340
Sinistro a liquidar	8.320	13.046	(12.567)	66	8.865
Excedente financeiro	6.977	2.166	(2.519)	952	7.576
Eventos ocorridos mas não avisados	2.785	4.859	(4.851)	_	2.793
Provisão de despesas relacionadas	2.831	1.478	(323)	_	3.986
Resgates e/ou outros valores a regularizar	105.256	587.891	(597.354)	(1.571)	94.222
Provisão complementar de cobertura	41.716	50.841	(58.772)	· _	33.785
Total	19.555.335	5.163.498	(6.491.422)	2.182.195	20.409.606

Baixas/

	31/12/2023	Constituições	Amortizações	31/12/2024
Custo de aquisição diferido	11.340	2.582	(1.557)	12.365
Total	11.340	2.582	(1.557)	12.365
	Saldo em		~	Saldo em
	01/01/2023	Constituições	Amortizações	31/12/2023
Custo de aquisição diferido	8.963	2.504	(127)	11.340
Total	8.963	2.504	(127)	11.340

22.1. Análise de sensibilidade - previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na desistência (transferência de recursos, resgates e/ou cancelamentos), o stress de 10% representa o dobro da oscilação média. Na conversão em renda, o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na longevidade, a premissa de 10%, aplicada sobre uma tábua realista, já representa um cenário de stress. Com base em dados históricos, um stress de 1% na taxa de juros é considerado uma oscilação representativa frente as médias do mercado.

O teste indicou impacto quanto à redução da taxa de juros, como a seguir: Efeito bruto no resultado e no patrimônio

		IIquido					
		31/12	/2024	31/12/2023			
		Bruto de	Líquido de	Bruto de	Líquido de		
Variável	Premissas	resseguro	resseguro	resseguro	resseguro		
Conversão	Aumento de 5% na premissa de						
em renda	conversão em renda	_	_	_	_		
Conversão	Redução de 5% na premissa de						
em renda	conversão em renda	_	_	_	_		
	Redução de 2% a.a. na taxa de						
Taxa de juros (*)	desconto (ETTJ)	(113.442)	(113.442)	(141.611)	(141.611)		
	Aumento de 2% a.a. na taxa de						
Taxa de juros (*)	desconto (ETTJ)	_	_	49.049	49.049		
Sobrevivência	Agravo de 10% na taxa de sobrevivência	_	_	(11.106)	(11.106)		
	Redução de 10% na taxa de sobrevivên-						
Sobrevivência	cia	_	_	9.988	9.988		
Taxa de							
desistência	Redução de 10% na taxa de desistência	_	_	_	_		
Taxa de	•						
desistência	Aumento de 10% na taxa de desistência	_	_	_	_		
(*) 0:		14 11 6			0.470		

(*) O impacto da taxa de juros afetará somente o patrimônio líquido, conforme especificado na nota 3.17.2. Atualmente, a provisão de benefícios a conceder de planos de benefício definido está superavitária, por esse motivo os stress realizados nas premissas de conversão em renda, desistência e sobrevivência não apresentaram impacto no resultado.

23. Desenvolvimento	de sinistros
O desenvolvimento de	sinistros adn

ministrativos e judiciais bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	377.371	412.869	452.989	416.610	471.603	529.389	605.841	1.103.907	952.186	1.129.903	1.407.219	7.859.887
1 ano após o aviso	382.334	466.132	486.187	458.880	528.336	591.913	663.751	1.196.137	982.511	1.122.592	_	6.878.773
2 anos após o aviso	384.132	471.869	487.847	463.532	535.403	601.927	675.700	1.207.854	1.002.839	_	_	5.831.103
3 anos após o aviso	382.634	480.367	495.283	473.187	539.818	612.421	680.374	1.221.038	_	_	_	4.885.122
4 anos após o aviso	387.750	489.740	503.207	482.561	549.147	616.667	686.212	_	_	_	_	3.715.284
5 anos após o aviso	389.248	490.280	509.002	486.411	552.939	621.867	_	_	_	_	_	3.049.747
6 anos após o aviso	390.954	494.185	513.654	490.409	550.344	_	_	_	_	_	_	2.439.546
7 anos após o aviso	394.801	491.835	517.945	494.423	_	_	_	_	_	_	_	1.899.004
8 anos após o aviso	398.399	490.908	514.836	_	_	_	_	_	_	_	_	1.404.143
9 anos após o aviso	390.736	489.907	_	_	_	_	_	_	_	_	_	880.643
10+ anos após o aviso	391.277	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	391.277
Estimativa na data-base (2024) (a)	391.277	489.907	514.836	494.423	550.344	621.867	686.212	1.221.038	1.002.839	1.122.592	1.407.219	8.502.554
Pagamentos efetuados (b)	386.469	476.685	494.582	472.048	535.213	597.124	669.249	1.201.927	979.298	1.099.620	1.140.649	8.052.864
Sinistros pendentes (c) $=$ (a) $-$ (b)	4.808	13.222	20.254	22.375	15.131	24.743	16.963	19.111	23.541	22.972	266.570	449.690
Sinistros pendentes fora da análise (*)												10.493
Sinistros a liquidar total												460.183

(*) Os sinistros com aviso anteriores a 2014 estão contemplados no item "sinistros pendentes fora da análise".

O desenvolvimento de sinistros administrativos	desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais líquidos de resseguro está demonstrado a seguir:											
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	363.078	392.756	421.662	385.994	424.042	479.664	557.341	1.026.988	884.468	1.066.350	1.297.387	7.299.730
1 ano após o aviso	365.211	440.253	451.296	423.389	474.803	543.951	623.474	1.122.667	921.605	1.071.656	_	6.438.305
2 anos após o aviso	366.225	443.927	451.604	427.315	480.494	552.462	633.584	1.133.163	937.841	_	_	5.426.615
3 anos após o aviso	364.711	449.274	457.289	433.995	485.243	561.725	641.828	1.145.306	_	_	_	4.539.371
4 anos após o aviso	367.107	455.518	462.768	439.312	492.381	564.708	646.453	_	_	_	_	3.428.247
5 anos após o aviso	368.200	458.775	467.059	443.239	494.093	567.648	_	_	_	_	_	2.799.014
6 anos após o aviso	368.790	460.599	470.543	444.636	493.148	_	_	_	_	_	_	2.237.716
7 anos após o aviso	370.276	459.735	471.133	444.590	_	_	_	_	_	_	_	1.745.734
8 anos após o aviso	369.423	459.224	463.195	_	_	_	_	_	_	_	_	1.291.842
9 anos após o aviso	366.937	457.308	_	_	_	_	_	_	_	_	_	824.245
10+ anos após o aviso	366.934	_	_	_	_	_	_	_	_	_	_	366.934
Estimativa na data-base (2024) (a)	366.934	457.308	463.195	444.590	493.148	567.648	646.453	1.145.306	937.841	1.071.656	1.297.387	7.891.466
Pagamentos efetuados (b)	365.415	447.173	453.637	432.576	480.388	549.863	632.004	1.127.547	918.050	1.050.165	1.055.388	7.512.206
Sinistros pendentes (c) $=$ (a) $-$ (b)	1.519	10.135	9.558	12.014	12.760	17.785	14.449	17.759	19.791	21.491	241.999	379.260
Sinistros pendentes fora da análise (*)												9.498
												000 ==0

Sinistros a liquidar total (*) Os sinistros com aviso anteriores a 2014 estão contemplados no item "sinistros pendentes fora da análise".

JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA:33270067000103



388.758



Total de aplicações (d)

24. Garantia das provisões técnicas

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

1.204

53.652.197

2.831

50 726 648

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:		
	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas – seguros e previdência complementar	54.046.985	50.784.788
Ajustes:		
Depósito judicial	(5.972)	(6.421)
Direito creditório	(119.594)	(108.737)
Custos de aquisição diferidos (redutores)(a)	(597.925)	(428.064)
Provisões técnicas – resseguros (redutores)(b)	(113.778)	(143.912)
Efeito monetário (c)	<u> </u>	14.855
Total a ser coberto	53.209.716	50.112.509
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Debêntures	57.875	9.254
Letras Financeiras – LF	126.139	128.119
Certificados de Depósito Bancário – CDB	5.066	_
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.298	_
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	52.543.256	50.289.300
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	892.210	268.436
Equivalente de caixa	23.149	28.708
Total de ativos vinculados	53.650.993	50.723.817

Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva 441.277 611.308 (a) Custos de aquisição diferidos: circulante R\$ 343.727 e não circulante R\$ 444.915, total R\$ 788.642 sendo

redutores R\$ 597.925 e não redutores R\$ 190.717; (b) Ativos de resseguro: circulante R\$ 111.428 e não circulante R\$ 56.740, total de R\$ 168.168 sendo redutores

R\$ 113.778 e não redutores R\$ 54.390; (c) Diferença entre o valor dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e seus respectivos valores

(d) Os títulos mensurados ao custo amortizado são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 143.604 menor que o valor contábil (R\$ 13.227 maior que o valor contábil em 31/12/2023) (nota 5.1.).

25. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

Ativos bloqueio judicial - não vinculado a cobertura de reserva

25.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

25.2. Outras provisões judiciais

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na rubrica "provisão de sinistros a liquidar", no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (notas 19 e 20). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados à contratos existentes:

	<u> </u>	31/12/2024		31/12/2023					
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado			
Provável	959	139.046	139.046	969	138.477	138.477			
Possível	3.320	437.094	_	3.171	420.450	_			
Remota	21	5.220	_	30	6.547	_			
Total	4.300	581.360	139.046	4.170	565.474	138.477			

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais relacionadas a sinistros e benefícios, registradas como Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial

	Saldo em			Atualização	Saldo em
	31/12/2023	Adições	Baixas	monetária	31/12/2024
PSL judicial	138.477	66.834	(65.774)	(491)	139.046
Total	138.477	66.834	(65.774)	(491)	139.046

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
PSL judicial	145.735	57.840	(64.600)	(498)	138.477
Total	145.735	57.840	(64.600)	(498)	138.477

Referem-se ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica "outros débitos", conforme demonstrado a seguir:

Causas cíveis – não relacionadas a sinistros/benefícios							
	31/12/2024			31/12/2023			
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	
Provável	446	11.210	11.210	453	10.766	10.766	
Possível (a)	1.641	244.686	_	1.112	201.081	_	
Remota	13	4.888	-	15	4.298	_	
Total	2.100	260.784	11.210	1.580	216.145	10.766	

(a) Em 17/07/2023, a Companhia recebeu um requerimento de instauração de arbitragem o qual, de acordo com o parágrafo 92 do CPC 25, ela se reserva o direito de não dar detalhes para preservar sua posição na disputa. A Companhia, com base em avaliação feita por seus assessores, informa que os seus argumentos de defesa são sólidos e a sentença arbitral deve ser favorável aos seus interesses.

		Causas trabalhistas						
		31/12/2024				31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado		
Provável	20	1.696	1.696	14	1.695	1.695		
Possível	38	6.308	_	38	5.172	_		
Total	58	8 004	1 696	52	6 867	1 695		

		Causas fiscais						
		31/12/2024		31/12/2023				
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado		
Provável	12	9.172	9.172	14	8.866	8.866		
Possível	35	42.031	_	46	28.757	_		
Remota	2	262	_	2	238	_		
Total	49	51.465	9.172	62	37.861	8.866		
Abaixo, a movimentação das provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios:								

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Cíveis	10.766	9.886	(8.556)	(886)	11.210
Trabalhistas	1.695	696	(418)	(277)	1.696
Fiscais	8.866	_	(20)	326	9.172
Total	21.327	10.582	(8.994)	(837)	22.078

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Cíveis	10.440	6.872	(5.596)	(950)	10.766
Trabalhistas	2.269	178	(598)	(154)	1.695
Fiscais	717	9.456	` <u>-</u>	(1.307)	8.866
Total	13.426	16.506	(6.194)	(2.411)	21.327

25.3. Outras contas a pagar – obrigações fiscais Nesta rubrica são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial, conforme composição a seguir:

	Saido em		Atualização	Saido em
	31/12/2023	Adições	monetária	31/12/2024
COFINS	154.295	96	6.784	161.175
PIS	35.029	16	1.557	36.602
Outros impostos	2.346	_	102	2.448
Total	191.670	112	8.443	200.225

	Saldo em 01/01/2023	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
COFINS	143.486	10.809	154.295
PIS	32.720	2.309	35.029
Outros impostos	2.224	122	2.346
Total	178.430	13.240	191.670

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

	PI	PIS		COFINS		AL
Tese	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	29.961	26.146	176.088	160.896	206.049	187.042
Faturamento (b)	7.882	10.411	_	_	7.882	10.411
Exclusão do ISS da base (c)	_	45	_	279	_	324
Saldo total 31/12/2024	37.843	36.602	176.088	161.175	213.931	197.777

	PIS		COFINS		IOIAL	
	Depósito		Depósito		Depósito	
Tese	judicial	Provisão	judicial	Provisão	judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	28.257	24.014	166.132	154.137	194.389	178.151
Faturamento (b)	12.402	10.989	_	_	12.402	10.989
Exclusão do ISS da base (c)	_	26	_	158	_	184
Saldo total 31/12/2023	40.659	35.029	166.132	154.295	206.791	189.324
(a) PIS/COFINS: Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014;						

Discussões vinculadas aos temas STF nº 372 e 1.309 (Recurso Extraordinário nº 1479774); (b) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de julho de 1997 em diante – Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988; e (c) ISSQN - Exclusão da base de cálculo de PIS/COFINS - Discussão vinculada ao tema STF nº 118 (Recurso

Extraordinário nº 592.616). 25.4. Depósitos judiciais e fiscais

A seguir, a composição da rubrica "depósitos judiciais e fiscais" classificada no ativo não circulante 31/12/2024 31/12/2023 19.626

Cíveis 19.411 Trabalhistas 398 306 224.840 Fiscais 216.977 Total 244.864 236.694 Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

Saldo em Atualização Saldo em 31/12/2024 31/12/2023 **Baixas** monetária Fiscais (*) (5.056)224.840 12.919 224.840

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Fiscais (*)	202.851	51	(211)	14.286	216.977
Total	202.851	51	(211)	14.286	216.977

(*) Principais processos judiciais: PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014; PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de julho de 1997 em diante -Emenda Constitucional nº 17/1997; e PIS – Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

26. Patrimônio líquido 26.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 640.350, representado por 93.983.477 ações sem valor nominal. sendo 81.472.511 ações ordinárias e 12.510.966 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital.

26.2. Reservas de capital As reservas de capital de R\$ 35.577 são compostas pela reserva de ágio na subscrição de ações no valor de

R\$ 34.659 e outras reservas de capital no valor de R\$ 918. 26.3. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, as reservas de lucros de R\$ 1.442.564 (R\$ 1.388.694 em 31 de dezembro de 2023), são compostas por:

(i) A reserva legal de R\$ 128.070 é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social ou 30% da reserva legal mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor; (ii) A reserva estatutária de R\$ 1.324.795 (R\$ 1.260.624 em 31 de dezembro de 2023) contém o montante da reserva estatutária especial, e sua constituição contém o lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos, quando aplicáveis, observando os limites legais de teto, e tem como objetivo, principalmente, a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas e investimentos em tecnologia.

26.4. Distribuição de resultados e política anual de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

A distribuição do resultado está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2024 (*)	2023
Lucro líquido do ano	439.171	350.696
Dividendos pagos e propostos no exercício	375.000	87.674
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	85,39%	25,00%
Destinação à Reserva de lucros	439.171	263.022

(*) Em 2024, foram pagos dividendos antecipados, reduzindo a reserva de lucros, mas considerando nos cálculos dos dividendos mínimos obrigatórios de 2024, conforme as atas das assembleias. Esses dividendos foram superiores ao exigido por lei, como pode ser visto na demonstração e fluxo de caixa.

(**) Ainda em 2024, foram pagos R\$ 325.000 referentes a dividendos intermediários utilizando saldo da reserva

26.5. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários mensurados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era devedor em R\$ 110.200 (devedor em R\$ 19.567 em 31 de dezembro de 2023).

26.6. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

(a) No mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; (b) No máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

(c) No máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido (a)	2.008.291	2.045.054
Ajustes contábeis (b)	(1.278.045)	(1.344.461)
Participação coligadas e controladas	(456.614)	(662.602)
Despesas antecipadas	(5.668)	(541)
Créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa	(69.024)	(87.094)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(140.808)	(54.906
Ativos intangíveis	(468.717)	(451.859
Obras de arte	(92)	(92)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(137.122)	(87.367)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	424.743	268.845
Diferença entre valor mercado e valor dos ativos mensurados ao custo amortizado	(72.516)	8.913
Redução no TAP referente a diferença de marcação dos ativos vinculados		(8.913
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	497.259	268.845
Subtotal PLA – nível	1.154.990	969.438
PLA nível 1	543.054	601.003
PLA nível 2	497.259	268.845
PLA nível 3	114.677	99.590
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 (e)	(229.976)	(36.767
PLA (Total) = PL + aj. cont.+ aj. econ. + aj. do exc. de nível 2 e 3 (e = $a+b+c+d$)	925.014	932.672
Capital base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de risco de crédito	95.671	60.913
Capital de risco de subscrição	651.264	564.593
Capital de risco de mercado	55.269	78.815
Capital de risco – redução por correlação	(81.579)	(81.643
Capital de risco – operacional	43.294	40.659
Capital de risco (CR) (b)	763.919	663.337
Capital mínimo requerido – CMR maior entre (a) e (b)	763.919	663.337
Patrimônio líquido ajustado – PLA	925.013	932.672
(–) Exigência de capital – CMR	(763.919)	(663.337
Suficiência de capital – R\$	161.094	269.335
Suficiência de capital (% da EC)	121%	141%

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas,

_	Ativo		Passiv	0	Receita	ıs	Despes	as
Partes relacionadas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) (a) (b)	22.446	36.000	-	-	-	7.185	(44.396)	(35.256)
Icatu Assessoria S.A. (Coligada) (b)	_	29.403	_	_	59.280	108.896	_	_
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controlada) (b)	13.434	12.957	-	-	14.549	4.647	-	_
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (c)	96	10.100	(52)	(43)	805	1.229	(441)	(504)
Itumbiara Participações Ltda. (Controlada) (b)	-	-	-	-	36	-	-	_
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) (b)	3	1	_	_	3	13	_	_
Vanguardacap Capitalização S.A. (Controlada) (b)	230	304	-	-	16	22	-	_
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (a)	1.514	4.362	_	_	_	_	(3.421)	(571)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (e)	3.192	2.245	(7.790)	(9.054)	46.202	48.060	(102.276)	(122.511)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (f)	_	_	_	_	_	_	(4.559)	(4.437)
Brasilcap Capitalização S.A. (Coligada) (g)	-	111	-	-	-	_	-	_
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Ligada) (h) (i)	1.091	656	_	_	_	_	(2.170)	(2.369)
Administradores/Acionistas (Outros) (d)	-	-	_	-	-	-	(26.441)	(26.690)
Total	42.006	96.139	(7.842)	(9.097)	120.891	170.052	(183.704)	(182.338)





31/12/2023



Publicidade Legal

Edição Nacional

ICATU

Nacional

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Aquisição de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;

(b) Reembolsos de custos administrativos: rateio de despesas comuns a Companhia, suas controladas e ligadas. Os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;

(c) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;

(d) Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração aos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros. Remuneração e benefícios, de curto e longo prazo, pagos aos Administradores, registrada na rubrica "despesas administrativas";

(e) A Companhia mantém acordo operacional de cosseguro com sua controlada indireta Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(f) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários;

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo:

			indice de			indice de
Ramos	Prêmios II ganhos	ndice de sinis- tralidade	comissiona- mento	Prêmios ganhos	Indice de sinis- tralidade	comissiona- mento
Vida em grupo	2.146.930	44,68%	30,68%	1.825.472	44,61%	30,25%
Prestamista	700.287	30,51%	40,75%	644.403	25,63%	41,54%
Acidentes pessoais	486.196	31,83%	36,95%	356.471	37,48%	34,11%
Vida individual	192.101	37,78%	38,51%	117.215	31,15%	40,66%
Rural	232.308	29,04%	33,13%	198.799	26,80%	32,91%
Outros	17.279	0,94%	0,21%	18.068	12,06%	1,83%
Total	3.775.101	38,88%	33,77%	3.160.428	38,13%	33,38%
		·				

(g) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;

31/12/2024

	Prêmio direto líquio	do de cosseguro	Prêmio cedido	resseguro	Seguro (-) ressegu	ro prêmio retido	Percentual de	retenção	Percentual res	ssegurado
Ramos	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vida em grupo	2.162.430	1.831.774	48.241	68.842	2.114.189	1.762.932	97,77%	96,24%	2,23%	3,76%
Prestamista	860.694	762.381	20.147	22.277	840.547	740.104	97,66%	97,08%	2,34%	2,92%
Acidentes pessoais	636.748	505.985	10.628	10.254	626.120	495.731	98,33%	97,97%	1,67%	2,03%
Vida individual	322.406	171.697	23.449	16.629	298.957	155.068	92,73%	90,31%	7,27%	9,69%
Rural	263.401	215.323	22.393	23.084	241.008	192.239	91,50%	89,28%	8,50%	10,72%
Outros	395	1.842	135	791	260	1.051	65,82%	57,06%	34,18%	42,94%
Total	4.246.074	3.489.002	124.993	141.877	4.121.081	3.347.125	97,06%	95,93%	2,94%	4,07%
·					4					

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:	:
---	---

	31/12/2024	31/12/2023
Resseguradora local	99.645	95.050
Resseguradora admitida	25.046	46.582
Resseguradora eventual	302	245
Total	124.993	141.877

29. Detalhamento de contas da demonstração de resultados 29.1. Prêmios ganhos – seguros

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos	4.290.353	3.538.487
Prêmios emitidos direto	4.395.447	3.659.858
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	10.320	9.979
Prêmios cosseguro cedido a congêneres	(149.373)	(170.856)
Prêmios riscos vigentes não emitidos	33.959	39.507
Contribuições para cobertura de riscos	16.916	16.252
Receitas de contribuições planos de repartição simples	8.117	7.748
Receitas de contribuições planos de renda	8.846	8.565
Restituições	(47)	(61)
Variação das provisões técnicas	(532.168)	(394.311)
Variação das provisões técnicas	(532.168)	(394.311)
Total	3.775.101	3.160.428
29.2. Sinistros ocorridos – seguros		
	21/12/2024	21/12/2022

25.2. Offishes Ocorridos – Seguios		
	31/12/2024	31/12/2023
Indenizações avisadas	(1.452.842)	(1.169.123)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(37.455)	(51.674)
Despesas com sinistros	(7.871)	(6.127)
Despesas com benefícios-seguro vida individual (-) VGBL	(9.436)	(11.870)
Recuperação de indenizações	54.259	49.995
Outras despesas com sinistros	(14.481)	(16.219)
Total	(1.467.826)	(1.205.018)
29.3 Custo de aquisição – seguros		

	31/12/2024	31/12/2023
Comissões sobre prêmios emitidos	(1.240.948)	(1.067.414)
Recuperação de comissões de cosseguro	39.684	45.521
Variação com despesas de comercialização diferida	131.043	141.126
Pró-labore sobre prêmios emitidos	(188.879)	(156.650)
Outras despesas de comercialização	(15.663)	(17.455)

(1.274.763)

31/12/2024

(1.054.872)

31/12/2023

29.4. Outras	despesas	operacionais – seguros

Total

Despesas com cobranças	(15.203)	(13.428)
Provisão para contingências cíveis	(256)	(2.871)
Reversão/(constituição) de provisão para riscos de créditos	583	(5.990)
Excedente técnico	(215.954)	(220.464)
Despesas com títulos de capitalização	(47.817)	(35.827)
Outras receitas operacionais	1.289	13.212
Total	(277.358)	(265.368)
29.5. Resultado com operações de resseguros – seguros e previdência		
	31/12/2024	31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de indenização – seguros	128.501	55.957
Recuperação de indenização de benefícios – previdência	(81)	3.146
Prêmio cedido em resseguro – seguros (*)	(124.993)	(141.877)
Prêmio cedido em resseguro – previdência	(751)	(1.706)
Variação dos sinistros ocorridos – seguros	(2.949)	11.403
Variação das provisões técnicas – seguros	7.797	6.876
Variação das provisões técnicas – previdência	39	(44)
Outras receitas com resseguro	3.140	2.699
Total	10.703	(63.546)

(*) Refere-se, basicamente, a pagamento de prêmio de ajuste em resseguro não proporcional em vida. 29.6. Rendas de contribuições e prêmios de VGBL – previdência

	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	5.488.899	4.065.888
Prêmios emitidos	3.689.021	2.514.309
Receitas de contribuições planos de renda	3.918	3.105
Receitas de contribuições planos de contribuição variável	1.797.225	1.549.885
Restituições	(1.265)	(1.411)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(5.448.078)	(4.020.793)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(5.448.078)	(4.020.793)
Total	40.821	45.095
20.7 Martin 7 and a series and 7 and 6 and a series and 10 and 1	40.021	_

29.7. Variação das outras provisões técnicas – previdência

	31/12/2024	31/12/2023
PPNG – planos de repartição simples	13	59
PPNG – planos de repartição simples RVNE	3	(3)
PPNG – planos de renda	(21)	54
PPNG – planos de renda RVNE	3	(7)
PVR – planos de renda	(11.530)	(18.307)
Despesas com benefícios e resgates	(25.821)	(36.056)
Outras provisões	(10.849)	(4.067)
Total	(48.202)	(58.327)
29.8. Custo de aquisição – previdência		
	21/12/2024	21/12/2022

31/12/2024 31/12/2023 Comissões sobre prêmios emitidos (54.312)(57.460)Despesas com pró-labore (48.324)(46.326)Outras despesas de comercialização (5.569)(3.552)(108.205)(107.338)Total

29.9. Despesas administrativas

(h) Saldo em conta corrente; e

(i) Despesas com tarifas bancárias e de arrecadação.

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

28. Principais ramos de atuação – seguros

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal próprio	(285.030)	(248.287)
Serviços de terceiros	(101.309)	(87.244)
Localização e funcionamento	(150.541)	(139.979)
Publicidade e propaganda	(52.891)	(45.335)
Publicações	(190)	(190)
Donativos e contribuições	(2.001)	(1.557)
Despesas administrativas diversas	(4.332)	(4.084)
Total	(596.294)	(526.676)
29.10. Despesas com tributos		
	31/12/2024	31/12/2023

	01/12/2024	01/12/2020
Impostos	(12.703)	(10.351)
COFINS	(101.043)	(85.111)
PIS	(16.446)	(13.851)
Taxa de fiscalização	(5.987)	(5.181)
Outras despesas com tributos	(485)	(351)
Total	(136.664)	(114.845)
29.11. Resultado financeiro		

Total	(130.004)	(114.043)
29.11. Resultado financeiro		
	31/12/2024	31/12/2023
Custo amortizado	143.507	70.904
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	143.507	70.904
VJORA	122.278	58.295
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	122.278	58.295
VJR	4.281.021	6.300.560
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	4.268.427	6.290.616
Títulos de renda fixa	12.594	9.944
Outras receitas financeiras	16.269	20.543
Total – receitas financeiras	4.563.075	6.450.302
VJR	(1.350.351)	(881.778)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	(1.350.351)	(881.778)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – seguros	(1.807.146)	(3.143.238)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – previdência	(1.108.147)	(2.182.195)
Outras despesas financeiras	(83.545)	(32.979)
Total – despesas financeiras	(4.349.189)	(6.240.190)
Total	213.886	210.112

30. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como

	31/12/2	2024	31/12/2	2023
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	587.461	587.461	421.268	421.268
Participação nos lucros e resultados	(101.153)	(101.153)	(54.649)	(54.649)
Base de cálculo	486.308	486.308	366.619	366.619
Adições	316.031	306.397	297.123	296.847
Adição permanente	2.907	2.907	3.132	3.132
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	22.735	22.735	21.984	21.984
Doações e patrocínios indedutíveis	984	984	726	726
Provisão para excedente técnico	27.257	27.257	26.006	26.006
Outras provisões	55.408	45.774	86.446	86,170
Participação nos lucros e resultados	99.829	99.829	62.424	62.424
Tributos e contribuições em questionamento judicial	98.357	98.357	83.287	83.287
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	8.453	8.453	13.118	13.118
Arrendamento mercantil	101	101	-	-
Exclusões	(651.824)	(611.908)	(568.363)	(564.109)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(21.984)	(21.984)	(14.082)	(14.082)
Provisão para excedente técnico	(26.006)	(26.006)	(16.714)	(16.714)
Outras provisões	(89.258)	(49.342)	(45.485)	(41.231)
Equivalência patrimonial	(363.813)	(363.813)	(321.053)	(321.053)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(108.115)	(108.115)	(98.357)	(98.357)
Participação nos lucros e resultados	(39.811)	(39.811)	(33.290)	(33.290)
PIS e COFINS diferidos	(2.837)	(2.837)	(3.942)	(3.942)
Arrendamento mercantil	_	_	(35.440)	(35.440)
Resultado ajustado	150.515	180.797	95.379	99.357
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	(45.154)	(54.239)	(28.613)	(29.806)
Lucro após as compensações	105.361	126.558	66.766	69.551
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(26.940)	(19.369)	(15.672)	(9.619)
Incentivos fiscais	1.714	_	807	_
Constituição/(Reversão) de créditos tributários	(737)	(1.805)	5.463	3.098
Despesas com IRPJ/CSLL	(25.963)	(21.174)	(9.402)	(6.521)
Alíquota efetiva – resultado antes dos tributos	5,34%	4,35%	2,56%	1,78%

31. Eventos subsequentes

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29 de janeiro de 2025, a Companhia deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$ 55.000, provenientes da "reserva de lucros", a computar nos dividendos obrigatórios de 2025.

Presidente Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga Conselheiros

Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga Luciano Snel Corrêa

> **Diretor-Presidente** Luciano Soares

Diretores Alexandre Petrone Vilardi César Luiz Salazar Saut Marcio de Moraes Palmeira Rachel Ferreira Bonel Contador

> Ivandro de Almeida Oliveira - CRC RJ 076168/O-7 Atuária

Lígia Guedes de Abreu - MIBA nº 1.394







Publicidade Legal

Edição Nacional





ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório dos Auditores Independentes sobre às Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Seguros S.A. Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e de previdência

Veja Notas 3.16, 21 e 22 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.16, 21 e 22 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e de previdência privada: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG - RVNE") e Provisão Complementar de Cobertura ("PCC"), sendo esta última constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado pelo teste de adequação de passivos. Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuados com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade,

de provisões técnicas e taxas de juros.

Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria

persistência, experiência histórica de

pagamento de sinistros, estimativas de fluxos

Como a auditoria endereçou esse assunto

- Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
 entendimento dos controles chave relacionados ao
 processo de determinação e mensuração da Provisão
 Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), da
 Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não
 Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos
 para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG –
 RVNE") e do teste de adequação dos passivos.
- conciliação das bases de dados operacionais suporte da PMBaC, do IBNR e da PPNG – RVNE com os respectivos saldos contábeis.
- teste, com base em amostragem, da precisão das bases de dados operacionais utilizadas no cálculo da PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos certificados, avisos de sinistros e apólices, respectivamente.
- Para os produtos VGBL e PGBL, realizamos o confronto do saldo reconhecido de PMBaC, na data-base auditada, com os respectivos fundos de investimentos, que garantem a respectiva provisão, para os quais executamos procedimentos de confirmação dos saldos com a instituição financeira administradora, executamos ainda teste de custódia desses ativos dados em garantia da provisão, além do teste de valorização das cotas.
- com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial: (i) Para os demais produtos de previdência, efetuamos, com base em amostragem, recálculo da PMBaC de acordo com as condições contratuais, incluindo atualização monetária; e (ii) avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas, projeções de prêmios e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG RVNE e no teste de adequação dos passivos, bem como efetuamos recálculo independente das referidas provisões técnicas e do teste de adequação dos passivos partindo das bases de dados operacionais da Companhia.
- Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

razoavel, superar os beneficios da comu Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Claudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Relativo ao Exercício Social Findo em 31 de Dezembro de 2024

Ao Conselho de Administração da Icatu Seguros S.A. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, compreendendo: Icatu Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, Vanguardacap Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. (doravante referidas em seu conjunto como "demais empresas supervisionadas"), foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especificamente à Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, bem como de acordo com o Estatuto Social da Icatu Seguros S.A. e com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

O Comité tem entre suas principais atribuições assessorar o Conselho de Administração: (i) na qualidade e integridade das demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, previamente à sua divulgação, inclusive as notas explicativas e o relatório da Administração sobre essas demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas; (ii) no cumprimento das disposições legais e regulatórias; (iii) na verificação da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes; (iv) na atuação da auditoria interna; e (v) nas atividades de gerenciamento de riscos, conformidade e de controles internos.

É responsabilidade dos Administradores a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, bem como a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, inclui a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações financeiras. Os auditores independentes são responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas dos Administradores, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, conformidade, de controles internos e atuarial, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê.

ATIVIDADES DO COMITÊ

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria prevê que seus membros se reúnam ordinariamente uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

As principais atividades e trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria durante o exercício findo em 31 de

- dezembro de 2024, compreenderam:

 Reuniões com executivos e profissionais das áreas de Operações, Controladoria, Contabilidade, Tributária, Financeira, Atuarial, Jurídico Contencioso, Tecnologia e Segurança da Informação, Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade, Auditoria Interna, Recursos Humanos, Privacidade e Ouvidoria;
- Revisão do plano anual, acompanhamento dos trabalhos e dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna. O
 Comitê acompanhou, também, a implantação dos planos de ação propostos para mitigação das deficiências ou oportunidades de melhorias nos controles internos identificadas pela Auditoria Interna;
- oportunidades de melhorias nos controles internos identificadas pela Auditoria Interna;
 Avaliação da independência, do planejamento, da execução e resultado dos trabalhos realizados pelos

auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas em 31 de dezembro de 2024, bem como sobre os controles internos, cumprimento de dispositivos legais e regulatórios e divulgação de informações contábeis, assim como a implantação das ações propostas para melhoria dos procedimentos e do

ambiente de controles internos;

• Revisão dos relatórios emitidos pela Ouvidoria sobre as atividades realizadas no segundo semestre de 2023 e

do primeiro semestre de 2024, bem como a avaliação dos correspondentes resultados apresentados;
•Acompanhamento das atividades executadas pelos Administradores relacionadas com a avaliação e gerenciamento de riscos, gestão do sistema de controles internos e cumprimento dos normativos internos e externos;

• O Comitê também acompanhou, junto às áreas responsáveis, as ações desenvolvidas para implantação dos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, resultados da avaliação da aplicação de procedimentos de prevenção a fraudes e apuração de reflexos nas demonstrações financeiras. O Comitê também revisou o Apetite a Riscos, contendo o acompanhamento dos enquadramentos durante o exercício. A Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas encontram-se dentro dos limites do Apetite a Riscos em 31 de dezembro de 2024;

 Avaliação da independência, do planejamento, da execução e do resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes quanto à adequação das provisões técnicas e correspondentes ativos de cobertura, assim como dos correspondentes pareceres emitidos;

Reuniões realizadas com a Diretoria abordando aspectos sobre o negócio, resultado dos trabalhos da auditoria interna, cumprimento dos aspectos regulatórios, contingências, provisões atuariais, segurança da informação e apresentação e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. Nesse contexto, o Comitê também acompanhou os impactos do incidente climático ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul, os reflexos nas demonstrações financeiras, o atendimento aos segurados e funcionários atingidos pela tragédia; e

• Os resultados dos trabalhos foram reportados ao Conselho de Administração nas reuniões semestrais para aprovação da divulgação das demonstrações financeiras. Não foram identificados fatos relevantes ou recomendações específicas a serem reportadas ao Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considerando os resultados das atividades desenvolvidas, incluindo a revisão das demonstrações financeiras e as correspondentes notas explicativas, bem como o resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes contábil e atuarial, referentes ao exame das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o Comitê de Auditoria entende que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos das empresas estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das suas operações, a aderência com os normativos internos, legais e regulatórios e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação para divulgação das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025. Maria Salete Garcia Pinheiro

Presidente do Comitê

Cristina Maria Cantanhede Amarante Biasotto Mano Membro do Comitê

João Alceu Amoroso Lima Membro do Comitê







Nacional

Publicidade Legal Edição Nacional

Site Diário Comercial Quarta-feira, 26 de fevereiro de 2025



ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18° ao 21° andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Seguros S.A. Rio de Janeiro - RJ

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Icatu Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliacões de risco, o atuário considera que os controles internos da Icatu Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025. Daniela Sedel Atuária MIBA 1721 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48 CNPJ: 02.668.801/0002-36

Rua do Passeio, nº 38 - 20021-290 Rio de Janeiro - RJ - Brasil

0929, 0984, 0987, 0993, 2293

Coberturas de morte e invalidez de previdência

15.000

6.000

1.200

Anexo I

Icatu Seguros S.A. (Em milhares de Reais)	
(Em milhares de Reais)	
1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro é	
créditos com resseguradores	31/12/2024
Total de provisões técnicas auditadas	54.046.985
Total de ativos de resseguro	168.168
Total de créditos com resseguradores relacionados	-
a sinistros e despesas com sinistros	51.043
2. Demonstrativo dos valores redutores da	

54.046.985
34.040.903
837.269
53.209.716

1 ()	10.000
Capital de Risco (CR) (b)	763.919
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	763.919
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2024
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	925.014
Ajustes Econômicos do PLA	424.743
Exigência de Capital (CMR) (b)	763.919
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	161.095
Ativos Garantidores (d)	53.650.993

=/:ige::eia ae eapitai (e:::::) (e)	
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	161.095
Ativos Garantidores (d)	53.650.993
Total a ser Coberto (e)	53.209.716
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	441.277
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	31/12/2024
3 \ 1	31/12/2024 400
SUSEP)	

ICP Brasil

